



# ANAIIS DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 094

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

# DIÁRIO Nº 094

## SUMÁRIO

Mesa Executiva ..... 02

Presenças ..... 02

Abertura da Sessão .....

### Expediente:

Requerimentos .....

Projetos de Lei .....

### Pequeno Expediente:

Dep. Dobrandino da Silva.....

Dep. Ademar Traiano.....

Dep. Valdir Rossoni .....

Dep. José Domingos Scarpellini....

Dep. Barbosa Neto .....

Dep. Luciana Rafagnin .....

Dep. Tadeu Veneri.....

### Grande Expediente:

Dep. Antonio Anibelli.....

### Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB:

Dep. Dobrandino da Silva.....

Liderança do PSDB:

Dep. Ademar Traiano .....

Liderança do PT:

Dep. Tadeu Veneri.....

Liderança do PDT:

Dep. Neivo Beraldin.....

Liderança do PFL:

Dep. Elio Rusch.....

Liderança da Oposição:

Dep. Elio Rusch.....

Liderança do Governo:

Dep. Dobrandino da Silva.....

### Ordem do Dia:

Leitura do Expediente .....

1ª Discussão (Pref. de votação).

Discussão / Votação:

Redação Final.....

3ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Requerimentos.....

Encerramento da Sessão .....

### Publicações:

Atas de Comissões

Redação.....

## 088ª SESSÃO ORDINÁRIA

### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2005

(segunda-feira)

### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

### Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados André Vargas, Chico Noroeste, Hermes Fonseca, Plauto Miró Guimarães e Waldir Leite (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

### Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 2613**

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência para o projeto de lei de sua autoria, que estabelece a última quarta-feira de novembro como Dia Estadual Criança com Neoplasia e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

**REQUERIMENTO Nº 2659**

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual Luciana Rafagnin, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, preferência de votação para o item 11, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**REQUERIMENTO Nº 2660**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja retirado, por três Sessões Plenárias, o Projeto de Lei nº 643/2003, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Carlos Hugo Wolff Von Graffen.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 2639**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 20 de setembro do corrente ano, para ser utilizado por representante da Associação Comercial de Cascavel.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) ELIO RUSCH

**REQUERIMENTO Nº 2635**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, autorização desta Casa, para representar a Assembléia Legislativa em uma audiência na Casa Civil, onde serão discutidos

assuntos de interesse do Estado, amanhã, dia 13 de setembro, em Brasília.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) NATÁLIO STICA

**REQUERIMENTO Nº 2596**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Paulo Felicio, no último dia 04 do mês corrente.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2607**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wilson Lopes, aos 57 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 2608**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luverno Bichles, aos 84 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 2609**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento

do jornalista Antonio dos Santos Cirilo, Diretor-Geral da RPC TV Cataratas, ocorrido no dia 04 de setembro, em Foz do Iguaçu, vítima de complicações pulmonares.

Catarinense de Pirituba, Toninho chegou em Foz do Iguaçu em 1963, com 16 anos. Trabalhou como office boy no antigo Hotel Cassino e dois anos mais tarde era gerente da Rádio Cultura, onde descobriu uma das suas paixões: a comunicação.

Em junho de 1989, assumiu a direção da TV Cataratas, que marcaria a presença da RPC/REDE GLOBO em Foz do Iguaçu.

O corpo de Antonio Cirilo foi sepultado ontem, às 17h30, no Cemitério São João Batista, em Foz do Iguaçu.

Requer outrossim, que a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada e à RPC TV Cataratas.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 2611

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o registro nos Anais desta Casa, de voto de pesar pelo falecimento do Pastor Marcílio de Oliveira Filho, ocorrido no dia 06 de setembro do corrente, bem como seja remetido mensagem de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Pastor Marcílio de Oliveira Filho, com 58 anos de idade, era membro da 1ª Igreja Batista de Curitiba. Nasceu em São Paulo. Deixa esposa e três filhos.

Ministro de Louvor, formado em Música e Teologia, o pastor Marcílio era muito querido na Congregação, deixando um sem números de amigos na sociedade curitibana, motivo que nos leva a registrar nos Anais desta Casa o seu passamento como última homenagem e o reconhecimento pelo seu trabalho em prol da comunidade.

#### REQUERIMENTO Nº 2624

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovado o duto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de leis, de voto de profundo pesar de falecimento do Sr. Francisco Perroni, ocorrido em 05 de setembro do corrente, em Planaltina do Paraná, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 2630

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Diretor do Sindicato dos Empregados no Comércio, Sr. Luis Pinheiro.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2663

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de pesar à família do Sr. Rubens Orlandini, cidadão que foi barbaramente assassinado no Município de Maringá, quando saía de seu trabalho.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de congratulações ao SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jataizinho, pelos seus 40 anos de atividades prestadas à comunidade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, em nome do seu Diretor, Sr. Wanderley Moreno Baptista, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2603

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede a inserção nos anais da presente Sessão de voto de congratulações ao programa "Hora H na TV", veiculado pela RIC - ao Jornal Hora H New, e ao site [www.horahnew.com.br](http://www.horahnew.com.br), na pessoa do seu produtor e editor-chefe jornalista Cícero Cattani, bem como da informada jornalista Roseli Abrão.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O debate e a informação sobre a política do Paraná têm sido dificultados pelo sistema de informações em grandes redes nacionais de rádio e TV. Nem sempre o Paraná consegue espaço para divulgação criteriosa, premissos os fatos locais pelo noticiário nacional.

Este programa de TV e este novo jornal têm aberto novo espaço para o Paraná, seus problemas, seus políticos, suas soluções para os problemas locais.

Seja este requerimento encaminhado ao jornalista Cícero Cattani, como também à jornalista Roseli Abrão - Rua Des. Hugo Simas, 220 - Bom Retiro - CEP 80.520-250.

#### REQUERIMENTO Nº 2614

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Sra. Elizabeth Lobo dos Santos Elpo, pelo brilhante desempenho à frente da Superintendência do INSS no Estado do Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à homenageada no endereço: Rua da Paz, 393 - ap. 12 - Centro, 80.060-160 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2621

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Mallet, pela passagem, no próximo dia 21 de setembro/2005, de seus 93 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Rogério da Silva Almeida, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Moacir Alfredo Szinwzlski, bem como a todos os vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Mallet.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de Mallet irá comemorar no próximo dia 21 de setembro mais um aniversário de sua emancipação política.

É através de um trabalho digno que a população de Mallet presta sua eficiente colaboração ao desenvolvimento cada vez maior do Município.

Portanto, nada mais justo que prestarmos homenagem a todos nesta significativa data da comemoração dos 93 anos de emancipação política de Mallet.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, congratula-se com a população de Mallet, principalmente com aqueles que acreditam que é somente com muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro construindo um Paraná melhor para todos os paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 2622

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de São Mateus do Sul, pelo transcurso, no próximo dia 21 de setembro/2005, de seus 97 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Francisco Luiz Ulbrich, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Anilton K. Mayer, bem como a todos os vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A colonização de São Mateus do Sul advém de um pouso de tropeiros. Ao longo dos anos foi se consolidando um povoado, que foi a base histórica da localidade.

Em 1877 muitas famílias se fixaram em São Mateus, dentre as quais as de Florentino José da Silva, Manoel Frutuoso, José Marques, Xisto Ponto de Vasconcelos, José da Silva, José Bueno de Camargo, Manuel da Luz, Ulisses Faria, Luiz Gomes da Silva, Joaquim Fermino, José Pacheco, Antonio Torres Gaspar Carrinho, José de Souza, Fermino Ilhéu, José Ferreira Guimarães, Joaquim Cavalheiro, Bento Nepomuceno Franco, José Amazonas e Salvador Bueno.

No final do século estabeleceram-se centenas de imigrantes poloneses, que se iniciaram na agricultura, e no período de 1907 a 1908, chegam imigrantes ucranianos. Em 02 de abril de 1908, pela Lei Estadual nº 763, foi criado o Município de São Mateus, cuja instalação se deu em 21 de setembro do mesmo ano.

O Primeiro prefeito foi o Sr. Evaldo Gaenshy. Através do Decreto Lei nº 199, do dia 30 de dezembro de 1943, passou a se chamar São Mateus do Sul.

#### REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Rebouças, pela passagem, no próximo dia 21 de setembro/2005, de seus 75º anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Amilton Massoquetto, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Antonio de Oliveira Padilha, bem como a todos os vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rebouças.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 21 de setembro o Município de Rebouças estará completando seus 75 anos de emancipação política. Data essa que, com certeza, será comemorada festivamente por toda a população.

Rebouças, com seus administradores de todos os tempos, sempre preocupados com o bem-estar de seu povo e o desenvolvimento cada vez mais acentuado do Município, tem procurado vencer todos os obstáculos para tornar aquela região ainda mais produtiva.

Toda a população, portanto, é credora de nossa homenagem e reconhecimento, nesta significativa data, pelo trabalho diuturno em prol do crescente progresso do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 2641

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE inserção nos Anais desta Assembléia de voto de congratulações ao PROVOPAR do Paraná e à rede de supermercados SONAE, pela eficiente parceria no combate à fome por meio da doação de alimentos e sua distribuição a sessenta municípios do Paraná - os com menores índices de IDH, bem como à instituições sociais da Região Metropolitana de Curitiba.

Seja isto materializado nas pessoas de Dona Lúcia Requião Arruda, Presidente do PROVOPAR, rua Dr. Muricy, 950 - CEP 80020-040 e do Diretor institucional do Grupo SONAE, Sr. Paulo Ribeiro, rua Auriflama, 57 - Pinheiros/SP - CEP 05422-080 (IR Comunicação).

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Foram destinados 349.800 quilos de alimentos, aos sessenta municípios com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Urbano) no Paraná. Para 150 instituições de solidariedade social da Região Metropolitana de Curitiba e do Estado, foram destinados 158.920 quilos de alimentos. E, às quinze aldeias indígenas, com 667 famílias, dentro do Programa de Artesanato que Alimenta, foram destinados 41.280 quilos. Este programa lembra o grande Papa João Paulo II, que ensinou: "o que vos sobra, falta na casa dos pobres", e realiza ato de equilíbrio social.

Cumprem o SONAE e o PROVOPAR função de responsabilidade social, com esta doação de 550 mil quilos, feita entre setembro de 2004 e agosto de 2005. Convênio benemérito, este recentemente renovado em presença do Sr. Governador do Estado do Paraná, no Palácio Iguaçu, neste Centro Cívico de Curitiba.

#### REQUERIMENTO Nº 2649

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações aos Srs. Desembargador Sérgio Antônio Ribas, engenheiro químico Walter Kugler e engenheiro eletricitista Geraldo Marfute, pelo recebimento do título de "Cidadãos Castrenses que Brilham", concedido pela Câmara Municipal de Castro, no dia 11 de setembro passado.

Requer ainda, que se dê ciência aos mesmos através de correspondência individual a ser enviada aos seguintes endereços: Desembargador Sérgio Antônio Ribas - Rua Fernandes Moreira, nº 907, ap. 41 - CEP 04716-002, São Paulo/SP; engenheiro Walter Kugler - Rua General Polli Coelho, nº 398, CEP 82800-180, Curitiba/PR; e engenheiro Geraldo Marfute - Rua da Juventude, nº 80, CEP 11500-000, São Sebastião/SP.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Hipólito Ary Schier.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2591

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Júlio Cezar Schier.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Manoel Dias.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2597

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Vagner Rogério Nunes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2598

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Selvo Jesuino da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2625

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Dr. Maurício Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2626

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Ari Ferreira de Oliveira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2627

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Paulo Cesar Daniel.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2628

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Lídia Diazzzi. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2629

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Magda Alves de Ataides. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2592

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Instituto Martinus de Educação - IMEC, pela formação da primeira turma de Gestão Estratégica de Vendas do Estado do Paraná.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, em nome do Diretor-Geral do Instituto, Sr. Marcos Méier, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2645

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício do Ilmo. Sr. Dr. Milton Riquelme de Macedo, Mui Digno Procurador-Geral de Justiça, solicitando as medidas necessárias visando a realização de investigação nas contas da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu em 2004, composta por 21 (vinte e um) Vereadores, naquele ano,

gastou R\$ 450.000,00, e no ano de 2005 com apenas 14 (quatorze) Vereadores, suas despesas tiveram um acréscimo de cerca de 73% (setenta e três por cento), ou seja, aquela Casa de Leis gastou R\$ 780.000,00.

Para o ano de 2006 a informação que temos é de que está previsto um orçamento para aquela Câmara no valor de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais).

Diante dessas informações, como representantes de Foz do Iguaçu nesta Assembléia Legislativa e fiscalizadores do dinheiro público, sendo cobrados constantemente pela população iguaçuense, não podemos admitir, e entendemos que não há explicação plausível para justificar um gasto nessas proporções, quando sim, deveria haver uma redução de custos, uma vez que houve uma redução considerável do número de membros daquela Casa, havendo a necessidade premente de uma investigação para esclarecer os motivos que estão levando aquela Câmara a dispendir recursos nessa ordem.

#### REQUERIMENTO Nº 2661

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício do Ilmo. Sr. Dr. Milton Riquelme de Macedo, Mui Digno Procurador-Geral de Justiça, solicitando as medidas necessárias visando a realização de investigação nas contas da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu em 2004, composta por 21 (vinte e um) Vereadores, naquele ano, gastou R\$ 450.000,00, e no ano de 2005 com apenas 14 (quatorze) Vereadores, suas despesas tiveram um acréscimo de cerca de 73% (setenta e três por cento), ou seja, aquela Casa de Leis gastou R\$ 780.000,00.

Para o ano de 2006 a informação que temos é de que está previsto um orçamento para aquela Câmara no valor de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais).

Diante dessas informações, como representantes de Foz do Iguaçu nesta Assembléia Legislativa e fiscalizadores do dinheiro público, sendo cobrados constantemente pela população iguaçuense, não podemos admitir, e entendemos que não há explicação plausível para justificar um gasto nessas proporções, quando sim, deveria haver uma redução de custos, uma vez que houve uma redução considerável do número de membros daquela Casa, havendo a necessidade premente de uma investigação para esclarecer os motivos que estão levando aquela Câmara a dispendir recursos nessa ordem.

#### REQUERIMENTO Nº 2646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de ofício do Ilmo. Sr. Conselheiro Heinz Georg Herwig, solicitando as medidas necessárias visando a realização de auditoria nas contas da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu em 2004, composta por 21 (vinte e um) Vereadores, naquele ano, gastou R\$ 450.000,00, e no ano de 2005 com apenas 14 (quatorze) Vereadores, suas despesas tiveram um acréscimo de cerca de 73% (setenta e três por cento), ou seja, aquela Casa de Leis gastou R\$ 780.000,00.

Para o ano de 2006 a informação que temos é de que está previsto um orçamento para aquela Câmara no valor de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais).

Diante dessas informações, como representantes de Foz do Iguaçu nesta Assembléia Legislativa e fiscalizadores do dinheiro público, sendo cobrados constantemente pela população iguaçuense, não podemos admitir, e entendemos que não há explicação plausível para justificar um gasto nessas proporções, quando sim, deveria haver uma redução de custos, uma vez que houve uma redução considerável do número de membros daquela Casa, havendo a necessidade premente de uma investigação para esclarecer os motivos que estão levando aquela Câmara a dispendir recursos nessa ordem.

#### REQUERIMENTO Nº 2662

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício do Ilmo. Sr. Conselheiro Heinz Georg Herwig, solicitando as medidas necessárias visando a realização de auditoria nas contas da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu em 2004, composta por 21 (vinte e um) Vereadores, naquele ano, gastou R\$ 450.000,00, e no ano de 2005 com apenas 14 (quatorze) Vereadores, suas despesas tiveram um acréscimo de cerca de 73% (setenta e três por cento), ou seja, aquela Casa de Leis gastou R\$ 780.000,00.

Para o ano de 2006 a informação que temos é de que está previsto um orçamento para aquela Câmara no valor de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais).

Diante dessas informações, como representantes de Foz do Iguaçu nesta Assembléia Legislativa e fiscalizadores do dinheiro público, sendo cobrados constantemente pela população iguaçuense, não podemos admitir, e entendemos que não há explicação plausível para justificar um gasto nessas proporções, quando sim, deveria haver uma redução de custos, uma vez que houve uma



redução considerável do número de membros daquela Casa, havendo a necessidade premente de uma investigação para esclarecer os motivos que estão levando aquela Câmara e dispendendo recursos nessa ordem.

#### REQUERIMENTO Nº 2610

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a consideração do Sr. Governador do Estado, através de suas Secretarias de Cultura e de Recursos Humanos para criação de uma Gratificação de Atividade Artística - GAA - não incorporável na inatividade - para materializarmos uma política pública de suporte à Orquestra Sinfônica do Paraná e ao Ballet Guaíra, nos termos em anexo especificados, através de estudo do músico Acácio Weber.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A Orquestra Sinfônica do Paraná e o Ballet Guaíra, dois corpos artísticos de excelente nível, funcionam atualmente na base de funcionários comissionados.

Embora seja situação irregular, sem eles os dois institutos culturais não funcionam.

No cenário atual, se fosse aberto um concurso para provimento de cargos na Orquestra e no Ballet, com salário inicial de R\$ 335,00 provavelmente não atrairia candidatos. Com a criação de uma Gratificação de Atividade Artística estimada em R\$1.500,000, criar-se-ia um rendimento de R\$ 1.835,00, o que se equipararia ao valor que os comissionados de sua situação irregular, e o Governo teria um problema a menos de disfunção salarial.

A Lei Estadual 13.666/2002, no seu artigo 18, instituiu esta GAA não incorporável na inatividade.

O impacto desta medida - envolvendo 75 funcionários peculiares - para cinquenta músicos e cerca de 25 bailarinos, não excederá R\$ 66.000,00 por mês, o que é muito razoável para dotar o Paraná de Orquestra e Corpo de Baile.

#### REQUERIMENTO Nº 2620

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER aprovação para realização de audiência pública para discutir a instalação de represa hidrelétrica no Rio Tibagi e, principalmente, o seu impacto ambiental.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2633

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica

- COPEL, Rubens Ghilardi, para que seja enviado a esta Casa de Leis o acervo fotográfico referente à luta em defesa da COPEL, de acordo com a disponibilidade do cerimonial desta Casa.

Neste termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Diretor-Presidente Rubens Ghilardi, pelo endereço Rua Coronel Dulcídio, 800 - Batel, CEP 80420-170, Curitiba/PR.

Esta iniciativa dignificaria a Assembléia Legislativa, dando importante contribuição ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 2636

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no artigo 97, I e Parágrafo 1º, do Regimento Interno desta Casa, bem como, no inciso XXXIII, do artigo 54, da Constituição Estadual, REQUER, após aprovação do douto Plenário, convocação do Secretário Estadual de Saúde, Sr. Cláudio Xavier, para, no prazo de quinze dias, prestar informações sobre auditoria feita pelo Ministério da Saúde sobre aplicação dos percentuais mínimos de recursos do Estado no setor de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional 29.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

Em reportagem no jornal Gazeta do Povo, do último domingo, 11 de setembro, foi veiculado que, a auditoria do Ministério da Saúde apontou que o Estado do Paraná utilizou indevidamente 34% dos recursos declarados no orçamento da área, em 2003, fato contestado pelo Diretor-Geral da Secretaria.

Portanto, a presente convocação do Secretário tem por objetivo o esclarecimento aos Deputados, da aplicação de recursos na saúde.

#### REQUERIMENTO Nº 2653

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja enviado convite ao Secretário Estadual de Saúde, Sr. Cláudio Xavier, para, no prazo de quinze dias, comparecer nesta Assembléia Legislativa, para prestar informações sobre auditoria feita pelo Ministério da Saúde sobre aplicação dos percentuais mínimos de recursos do Estado no setor de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional 29.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

Em reportagem no jornal Gazeta do Povo, do último domingo, 11 de setembro, foi veiculado que, a auditoria do Ministério da Saúde apontou que o Estado do Paraná utilizou indevidamente 34% dos recursos

declarados no orçamento da área, em 2003, fato contestado pelo Diretor-Geral da Secretaria.

Portanto, o presente convite ao Secretário tem por objetivo o esclarecimento aos Deputados, da aplicação de recursos na saúde no Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2640

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que o serviço telefônico de urgência 190, que funcionava regularmente no Município de Sertãoópolis volte a funcionar, haja vista que todas as chamadas feitas hoje pelo 190, são direcionadas para o Município de Bela Vista do Paraíso, o que é inaceitável e dificulta ainda mais os serviços prestados pela Polícia Militar.

Solicita ainda, o aumento do efetivo da Polícia Militar em Sertãoópolis, em razão de o destacamento local ser de apenas sete policiais e, por turno de trabalho, apenas dois policiais militares para atender uma cidade com quatorze mil habitantes.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 2642

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE ao Sr. Governador que determine ao Instituto Ambiental do Paraná, urgente e emergencialmente, a obra de restauração do trapiche turístico da Ilha do Mel, no porto Brasília.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O atracadouro do porto Brasília, na Ilha do Mel, caiu.

Aquela região da Ilha do Mel, está sem trapiche. O existente foi interditado pela Capitania dos Portos e pela Defesa Civil, sem reposição dos flutuantes, que com o tempo, encheram de água.

O desembarque voltou a ser pré-histórico, a vau, com os turistas e passageiros das barcas, descendo na água do mar, bagagens às costas.

O IAP, com recursos da taxa de visitação, que lhe são destinados, poderá fazer emergencialmente a obra, garantindo o turismo de verão.

#### REQUERIMENTO Nº 2647

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUEREM aprovação para realização de audiência pública para analisar proposta de aprovação do Decreto Legislativo nº 003/2005, que invalida o Decreto do Executivo nº 3320/2004 e a política em curso no

tocante à execução do SISLEG - sistema de manutenção, recuperação e proteção da reserva florestal legal e áreas de preservação permanente.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, PEDRO IVO ILKIV e ELIO RUSCH.

#### REQUERIMENTO Nº 2651

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, com fundamento no artigo 97, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja convocado o Exmo. Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, bem como convidar o Sr. Luís Carlos Vieira, Diretor do CRE (Coordenação da Receita do Estado) para esclarecer que critérios foram utilizados por aquela Pasta para o fechamento de agências de renda no Estado, bem como sobre a manutenção dos serviços prestados em algumas cidades.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e PASTOR EDSON PRACZYK.

#### REQUERIMENTO Nº 2586-A

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação da Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, como pedido de urgência, o envio de expediente ao Governador deste Estado, ao Coordenador do DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, unidade Paraná, 09ª UNIT-PR, Sr. David José de Castro Gouvêa, solicitando reparos emergenciais na ponte sobre o Rio Piquiri, de nome Engenheiro Nelson L. W. Velozo, na BR-272, localizada entre os Municípios de Terra Roxa e Francisco Alves, ambos deste Estado do Paraná.

Tal pedido tem como fundamento a necessidade emergencial de reparos na referida ponte, pois encontra-se em situação de desabar a qualquer momento e, já fora realizada manifestação pública no local, solicitando providências das autoridades competentes.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 2587

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão de hoje, o envio urgente de expediente aos seguintes Órgãos Estaduais: Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretaria de Estado da Educação; Sra. Sandra Berenici Ferrari Turra, Diretora da FUNDEPAR; Sr. Luiz Carlos Caíto Quintana, Secretário

rio da Casa Civil; e Sr. Mário Marcondes Lobo, Assessoria Especial do Governador.

O expediente tem como objetivo o pedido de reinício da construção da Escola Estadual do Jardim Ipanema, situada no Município de Sarandi, Estado do Paraná, onde as obras estão paralisadas já algum tempo, o que está causando vários transtornos à comunidade que mora nas proximidades, pelo uso do local para atos criminosos e o mais grave, é que se não for concluída a obra até o final deste ano, faltará para o próximo em torno de 20 (vinte) salas de aulas.

Sugere-se por fim, que o restante da obra pode ser realizado através da modalidade da inexigibilidade de licitação, por decorrer da urgência de seu término.

Da decisão do Plenário, requer-se que seja dada ciência ao Prefeito e ao Presidente da Câmara do Município de Sarandi, Paraná, Brasil.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 2588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando providências para construção de Colégio de 5ª a 8ª séries nas imediações dos bairros Parque Universidade e Jardins Colúmbia (A, B e C), além dos Jardins Maracanã (I e II, localizados na Zona Oeste de Londrina), cujos alunos não possuem o direito de estudar, conforme demonstra a reportagem publicada no jornal Folha de Londrina, do dia 26.08.2005.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2593

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando que sejam realizados esforços para evitar descredenciamento do SUS - Sistema Único de Saúde - com o único hospital do Município de Telêmaco Borba que atende a população carente.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2594

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando a transferência da professora de matemática, Janete

Marques, para Londrina ou Sarandi, já que a mesma reside em Sarandi e cursa especialização na Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2599

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando esclarecimentos sobre a não liberação dos pedidos de licença especial para os professores da Rede Pública do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2631

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Exmo. Sr. Cel. David Antonio Pancotti, solicitando intervenção e mediação para que seja anulado o procedimento administrativo instaurado contra dois policiais militares.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2601

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, e REQUERER que haja reforço nas condições de segurança nos acessos aos balneários do Município de Pontal do Paraná, nos trechos onde estão acontecendo remodelações na pista.

Em visita a esse município, obtivemos várias reclamações relacionadas aos símbolos horizontais, que hoje praticamente é a única forma de sinalização desses acessos. Tomamos conhecimento que, mesmo em período fora de temporada de verão, houve diversas situações de perigo, motivadas pela má sinalização nos balneários.

Outrossim, solicitamos envio de cópia dos projetos finais dessa obra de remodelagem dos trechos PR-412, para que possamos ter conhecimento da referida remodelagem.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

# REQUERIMENTO Nº 2600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, e REQUERER que, através de um trabalho em conjunto com a Prefeitura de Guaraqueçaba, viabilize a realização de manutenção das estradas vicinais que dão acesso às localidades de Itaqui, Tagaçaba de Cima, Pedra Chata, Rio Verde, Batuva, haja vista o péssimo estado de conservação em que se encontram essas vias.

Acreditamos que a população dessas comunidades está sendo amplamente penalizada pelo mau estado de conservação das estradas, visto que os ônibus escolares vivem constantemente danificados e havendo muita perda de aulas. Portanto a região rural do Município de Guaraqueçaba necessita urgentemente do apoio do Governo estadual.

Este auxílio por parte do Governo já existiu em gestões anteriores o que me leva a crer que, com a sensibilidade desse Departamento, poderemos reativar essa atribuição no Município de Guaraqueçaba.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

# REQUERIMENTO Nº 2612

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor do Departamento Legislativo desta Casa de Leis, Severo Olímpio Sotto Maior, solicitando a não inclusão do nome deste Deputado Tadeu Venerei, no Título de Cidadão Honorário - Lei 14.817/2005, de autoria do Deputado Estadual Padre Paulo.

Foi assinada tal proposição em atendimento às exigências legais - Líder do Partido dos Trabalhadores - PT, por isso, não posso configurar como co-autor do mesmo.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(aa) TADEU VENERI

PADRE PAULO CAMPOS

# REQUERIMENTO Nº 2632

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de expediente ao Superintendente da Polícia Federal do Paraná, Dr. Jaber Makul Hanna Saad, solicitando a implantação de uma Delegacia de Polícia Federal na cidade de Umuarama - Paraná.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Superintendente, pelo endereço, Rua

Ubaldo do Amaral, 321 - Alto da Glória, CEP 80.060-190 Curitiba/Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) ELZA CORREIA

## JUSTIFICATIVA:

Reiterando a solicitação de municípios e entidades da região, solicitamos a análise de V. Exa. e possível intervenção quanto à viabilidade do atendimento.

Umuarama abriga 100.000 (cem mil habitantes), sendo 92% da zona rural. Possui o perfil de uma cidade de médio porte, com expressivo crescimento vertical, firmando-se um centro universitário, com 10.000 (dez mil) alunos matriculados, e também pela implementação da atividade agrícola e pecuária. É a cidade-pólo da região de Amerios (Associação dos Municípios Entre Rios), que integra 32 municípios.

Geograficamente, Umuarama é localizada na região Noroeste do Paraná, sendo servida pela rodovia estadual PR-323 e a Rodovia Federal BR-272, com ligação para o Paraguai via Guaíra e Mato Grosso do Sul.

A proximidade com a fronteira do Paraguai coloca Umuarama num corredor de passagem das drogas e contrabando e, também, num ponto de venda importante para o tráfico, principalmente se considerarmos a população jovem da cidade. Entretanto, não existe na cidade um aparelhamento adequado com uma estrutura de Polícia Federal que é a instituição mais adequada e preparada para atuar no combate do tráfico de drogas.

# REQUERIMENTO Nº 2650

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando os dados técnicos e os critérios que embasaram a decisão de fechar 52 das 90 Agências de Rendas do Estado, conforme divulgação efetuada pela imprensa, neste último final de semana.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(aa) BARBOSA NETO

RENI PEREIRA

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk e Antonio Anibelli.

## JUSTIFICATIVA:

Como representante de diversas municipalidades, preocupa-nos, sobremaneira, a diminuição das estruturas públicas de atendimento aos cidadãos. Neste contexto, os contribuintes também se incluem, não podendo acarretar qualquer prejuízo aos mesmos, pelo simples ato administrativo que não esteja suficientemente embasado em critérios técnicos conhecidos e aplicados a todos.

Assim, entendo que esta Casa obtenha dos responsáveis as informações técnicas para a tomada de decisão tão drástica.

## REQUERIMENTO Nº 2652

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda para que reconsidere a decisão de fechar a Agência de Rendas no Município de Cambé, haja vista ser o Município de Cambé um dos maiores do Estado, com aproximadamente 100.000 habitantes, ter um dos maiores parques industriais do Estado e ser, do Norte Pioneiro à região Noroeste do Estado do Paraná, a terceira cidade em arrecadação daquela região, não havendo razões de ordem técnica que justifiquem tão absurda decisão.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 2655

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador Roberto Requião, para que reconsidere a decisão de fechar a Agência de Rendas no Município de Cambé, haja vista ser o Município de Cambé um dos maiores do Estado, com aproximadamente 100.000 habitantes, ter um dos maiores parques industriais do Estado e ser, do Norte Pioneiro à região Noroeste do Estado do Paraná, a terceira cidade em arrecadação daquela região, não havendo razões de ordem técnica que justifiquem tão absurda decisão.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 2657

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda com relação ao fechamento das Agências de Renda dos Municípios do Sudoeste do Paraná.

O referido pedido se faz necessário pelo fato de que Associações Comerciais e Industriais de toda a região, bem como lideranças políticas têm manifestado preocupação com esta medida.

Em consequência disso, municípios como Realeza, que está bem localizado na região e presta serviço para outros municípios, irá perder sua agência. Da mesma forma o Município de Dois Vizinhos, que além de ser pólo da região, abriga o maior abatedouro de aves da América Latina (empresa Sadia), cujas lideranças locais e a população não aceitam o fechamento da agência de rendas naquele município.

Nesse sentido, solicitamos a reavaliação desta medida, bem como os esclarecimentos técnicos que

embasaram esta decisão da Secretaria de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

## REQUERIMENTO Nº 2606

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Helena Moreira, residente à Rua Prof. Elevir Dionysio nº 674 - Vila São Jorge - Bairro Fazendinha, que pede a implantação de rede coletora de esgotos na rua em que reside. Em frente à sua residência há uma valeta a céu aberto, que vem causando uma série de problemas aos moradores, inclusive colocando em risco a saúde dos mesmos.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 3245-0158.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 2618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER, seja encaminhado expedientes ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando sejam tomadas providências urgentes no sentido que de seja revogada a determinação de fechamento e encerramento das atividades da Agência Estadual de Rendas com sede no Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Na última semana, a região Sudoeste do Estado foi tomada de surpresa com a notícia de que várias Agências de Rendas Estadual estavam sendo fechadas por determinação do Governo do Estado do Paraná, permanecendo em atividade apenas aquelas sediadas em Capanema, Palmas, Francisco Beltrão e a Delegacia Regional com sede em Pato Branco. A comunidade sudoestina atendida através das demais Agências mobilizou-se, buscando apoio das lideranças, objetivando contrapor a essa determinação governamental, cujos manifestos contrários têm ocorrido desde a última quinta-feira, em busca das providências para a interrupção do processo de fechamento.

Com referência à Agência de Rendas de Dois Vizinhos, salientamos que aquele é um Município-Pólo, constitui-se na terceira força populacional e econômica da região sudoeste, e o mencionado órgão atende, além do próprio Município-Sede, mais 10 (dez) municípios, quais sejam: Quedas do Iguaçu, São Jorge d'Oeste, Verê,

Itapejara d'Oeste, Enéas Marques, Nova Esperança do Sudoeste, Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu. Assim, Srs. Deputados, Deputadas, Governador e Secretário da Fazenda, entendemos como inadmissível e determinação de encerramento das atividades da Agência de Rendas Estadual sediada há mais de 20 (vinte) anos na cidade de Dois Vizinhos.

#### REQUERIMENTO Nº 2658

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER, seja encaminhado expedientes ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando sejam tomadas providências urgentes no sentido que de seja revogada a determinação de fechamento e encerramento das atividades das Agências Estadual de Rendas com sede nos Municípios de Realeza e Barracão.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Na última semana, a região Sudoeste do Estado foi tomada de surpresa com a notícia de que várias Agências de Rendas Estadual estavam sendo fechadas por determinação do Governo do Estado do Paraná, permanecendo em atividade apenas aquelas sediadas em Capanema, Palmas, Francisco Beltrão e a Delegacia Regional com sede em Pato Branco. A comunidade sudoestina atendida através das demais Agências mobilizou-se, buscando apoio das lideranças, objetivando contrapor a essa determinação governamental, cujos manifestos contrários têm ocorrido desde a última quinta-feira, em busca das providências para a interrupção do processo de fechamento.

Não é diferente nas cidades de Barracão e Realeza. Assim sendo, solicito aprovação deste requerimento e atenção por parte do Governador do Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 2654

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, relação das agências de renda que foram fechadas no Estado do Paraná, bem como as que permaneceram com suas atividades normais, informando ainda o montante arrecadado em cada agência no exercício de 2004.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 2643

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que officie ao Sr.

Governador do Estado para que determine providências à Secretaria de Estado da Cultura, ao Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, bem como à Secretaria de Desenvolvimento Urbano quanto à preservação do Museu Época, da Cidade de Ponta Grossa.

Paralelamente, pede à mesma Assembléia que officie ao Exmo. Sr. Prefeito de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau, também propondo projeto cultural de resgate do Museu Época, para preservação do considerável acervo reunido pelo colecionador, Sr. Aristides Spósito, na Praça Roosevelt, nº 56, CEP 84001-970, fone (42) 3223-1877.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais, destino turístico notável, merecem um Museu Histórico e de Tecnologias do passado. Isto está reunido no Museu Época, de Aristides Spósito e colaboradores.

O referido acervo particular, não prescinde da intervenção do Estado - seja do Governo Estadual, seja da Prefeitura da Cidade de Ponta Grossa, dentro de ambas as atribuições constitucionais de preservação do Patrimônio Cultural e Histórico.

O organizador deste acervo, Aristides Spósito, pessoa já idosa, de comum acordo com seus herdeiros quer fazer permuta ou merecer desapropriação amigável, de maneira a garantir a sobrevivência do museu, e seu legado às próximas gerações.

O acervo reúne peças de arte como o Portão Paranista - do escultor João Turim - um dos mais expressivos exemplares do Movimento Paranista - em ferro fundido, hoje colocado na rua lateral, e exposto ao vandalismo, e ainda a Porta Paranista do porão da sede. Ambos, portão e porta, têm araucárias e pinhões estilizados em relevo de ferro. Salvo engano, essas peças pertenceram a um hospital já demolido ou reformado.

Ali estão reunidas peças que resumem as tecnologias, seja no século XIX, seja no século XX - gabinetes médicos, dentários, instrumentos de agrimensura, instrumentos industriais de antigas cervejarias, etc.

Peças que referem à história de Ponta Grossa e dos Campos Gerais, aí incluídos objetos sacros, seja das capelas tropeiras, seja da antiga Catedral, traumáticamente demolida (sobressai-se a cruz da primeira matriz da Santana de Ponta Grossa), peças testemunhais da saga dos pracinhas locais, heróis brasileiros na II Guerra Mundial; peças de artes decorativas de valor - louças, faianças, mobiliário, utensílios domésticos arcaicos - uma cozinha inteira do século XIX - peças publicitárias arcaicas.

O Museu Época encontra-se instalado numa casa art-nouveau de notável arquitetura, e dispõe de terreno anexo, com construção em sobrado, sem nenhum valor, que bem poderia ser demolida ou reciclada para edificação de arquitetura moderna de vários andares, onde com iluminação adequada, em vitrines de exposição planejadas, seria disposto o acervo, após seleção profissional museológica.

**Proposta:**

Nossa proposta é que a Prefeitura de Ponta Grossa, com apoio técnico do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, da equipe museológica do Museu Paranaense, e com apoio do Governo do Estado, através de suas Secretarias de Cultura e de Desenvolvimento Urbano, materializem este projeto cultural.

As novas gerações, na sucessão do tempo que há de vir, valorizarão este trabalho. Afinal, "se o homem é o que o homem conhece", como disse o profeta Jô, as cidades serão tão mais humanas quanto mais conhecimento disponibilizarem ao seu povo.

**REQUERIMENTO Nº 2644**

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Mesa da Assembléia, que officie ao Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do Paraná, ao Ministério Público do Paraná, bem como a S. Exa. o Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, pedindo imediatas providências na proteção do patrimônio cultural e histórico do Paraná e da nossa capital, representadas pelas casas de troncos de araucárias do Bosque do Papa João Paulo II, Memorial da Imigração Polonesa no Paraná. As referidas casas estariam ameaçadas por ataques de cupins, podendo desaparecer, se não forem tomadas medidas urgentes saneadoras.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

A Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município de Curitiba, reconhecem como dever dos Poderes Públicos, a proteção ao patrimônio histórico e cultural do povo brasileiro.

**Cupins contra Bosque do Papa:**

O noticiário diz que cupins, brocas e assemelhados põem em risco o Memorial Polonês, aí incluídas as casas de cerne de pinheiro da primeira imigração eslava vinda ao Paraná, construídas a partir de 1871, colocadas no Centro Cívico, no Faxinal, no entorno do Museu Oscar Niemeyer. A Fundação Cultural de Curitiba conhece o problema, mas diz que não há previsão de solução. A partir da idéia de recebermos João Paulo II em Curitiba, numa casa polonesa, de troncos, fui o criador do Bosque do Papa. Descupinizar as casas de troncos não é tarefa impossível. O ataque é superficial, já que o cerne dos pinheiros é muito duro, incorruptível. Um tratamento de emergência resolve.

**O problema tem solução:**

As casas do Bosque do Papa podem e devem ser descupinizadas e conservadas dignamente, para os que vão nascer. Belo cenário, atração turística de Curitiba, o Bosque do Papa, pede ação protetora do governo municipal. É só o Prefeito Beto Richa telefonar para o doutor professor agrônomo, especialista em combate a cupins e outras pragas, Wilson Reis, e contratar seus serviços por notório saber (41) 3343-8126.

**Preconceito contra a madeira:**

A madeira é um símbolo do desenvolvimento econômico do Paraná. Mesmo assim, sofre grave preconceito. É preciso criar na Secretaria da Cultura, nos Serviços de Proteção ao Patrimônio Histórico, na Fundação Cultural de Curitiba, e junto ao Ministério Público, a consciência da importância da madeira enquanto nosso patrimônio cultural e histórico.

No Norte do Estado, sem qualquer ação protetora oficial, as casas de peroba rosa, madeira rara, exemplar da extinta floresta tropical do rio Paraná, estão sendo vendidas a mercadores paulistas e mineiros, destinados à indústria de falsos móveis antigos, "coloniais".

Aqui, há espanto e paralisia oficiais diante de um ataque de cupins ao Bosque do Papa.

No Japão, em Kyoto, há palácios e templos de madeira, com mais de oitocentos anos. Temos preconceito contra a madeira. Sempre foi vista como sinal de "casa de pobre". Tanto assim que, em Curitiba, a Câmara Municipal chegou a proibir fachadas de madeira nas principais ruas. Deu origem às casas mistas, com frontão e, alvenaria de tijolos, e fundos de tábuas e ripas. Isto também deu origem à expressão paranaense "casa de material", para designar casas de tijolos. Como se madeira não fosse material de construção. Quando Prefeito de Curitiba, revoguei a lei municipal, dos idos de 1930, que desqualificava a madeira. Até hoje não entendo por que não fazem casas populares com madeira de reflorestamento. Exportam para os EUA. O que serve lá, aqui não serve!

Vamos preservar o Bosque do Papa, e as históricas casas de madeira no Paraná!

**Projetos de Lei**

PROJETO DE LEI Nº 542/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Cleide Borges Reis - Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubatã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais, Mestre e Funcionários (APMF) da Escola Municipal Cleide Borges Reis, localizada na Rua Bahia, 954, Município de Ubatã, é um órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo



remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado e tem como objetivos:

- prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade;
- promover entrosamento entre pais, alunos e professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio-educativas, culturais e desportivas.

**PROJETO DE LEI Nº 543/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Artesãos Autônomos de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) ELZA CORREIA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Profissional dos Artesãos Autônomos de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina, tem como finalidade integrar as ações da comunidade de artesãos do Município, aproximando-os como agentes de seu próprio desenvolvimento em estreita colaboração com os poderes públicos e as instituições privadas, promover vínculos de solidariedade e cooperação, fomentar, pesquisar, buscar e promover os meios para a divulgação e venda de seus produtos, promovendo ao máximo o aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades econômicas, culturais e sociais de seus associados.

**PROJETO DE LEI Nº 544/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a via asfáltica que liga a BR-277 de Tatu Jupy à Comunidade de Nova União, trecho asfáltico que liga o Município de Céu Azul ao Município de São Pedro do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

A estadualização é uma antiga reivindicação das comunidades de municípios da Região Oeste do Estado, que se utilizam desse caminho de acesso à BR-277.

Essa solicitação se justifica diante das precárias condições de tráfego e, com a sua estadualização e sob a tutela do DER, o intercâmbio comercial entre o Município de São Pedro do Paraná e todos os municípios cortados pela BR-277, será ativado, elevando ainda mais o reconhecimento da Região Oeste.

**PROJETO DE LEI Nº 545/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizado de Utilidade Pública Estadual o Consórcio entre regiões italianas e os Estados do Paraná e Santa Catarina, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

O consórcio desenvolve um Programa de Atividades e de Cooperação Técnica Internacional entre as Regiões Italianas e os Estados do Paraná e Santa Catarina nos campos da educação superior, da pesquisa científica e tecnológica, do desenvolvimento de processos e de produtos industriais, agroindustriais, relações industriais e comerciais, visando verticalizar e agregar os valores da educação e da pesquisa, na produção agrícola e industrial, fatores cinérgicos na economia dos dois países.

**PROJETO DE LEI Nº 546/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a implementar o Programa de Alimentação Especial, na merenda escolar, adaptada para crianças portadoras de Diabetes Mellitus e aos Cefácos, em todas as Escolas da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná.

Art. 2º A alimentação especial será orientada através de receituário médico e de nutricionistas, a quem caberá a supervisão do uso dos alimentos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

**JUSTIFICATIVA:**

O Diabetes Mellitus também conhecido simplesmente por Diabetes ou hiperglicemia, (popularmente conhecida por açúcar no sangue), é uma doença provocada pela deficiência de produção e/ou de ação da insu-



lina, que leva a sintomas agudos e a complicações crônicas características.

O distúrbio envolve o metabolismo da glicose, das gorduras e das proteínas e tem graves conseqüências tanto quanto surge rapidamente, como quando se instala lentamente. Nos dias atuais se constitui em problema de saúde pública pelo número de pessoas que apresentam a doença, principalmente no Brasil.

Apresenta diversas formas clínicas, sendo classificado em:

1 - Diabetes Mellitus tipo I: Ocasionado pela destruição da célula beta do pâncreas, em geral por decorrença de doença auto-imune, levando a deficiência absoluta de insulina.

2 - Diabetes Mellitus tipo II - provocado predominantemente por um estado de resistência à ação da insulina associada a uma relativa deficiência de sua secreção.

3 - Outras formas de Diabetes Mellitus: quadro associado a desordens genéticas, infecções, doenças pancreáticas, uso de medicamentos, drogas ou outras doenças endócrinas.

4 - Diabetes Gestacional: Circunstância na qual a doença é diagnosticada durante a gestação, em paciente sem aumento prévio da glicose.

O diagnóstico pode ser presumido em pacientes que apresentam os sintomas e sinais clássicos da doença, que são: sede excessiva, aumento do volume e do número de micções (incluindo o surgimento do hábito de acordar a noite para urinar), fome excessiva e emagrecimento. Na medida em que um grande número de pessoas não chega a apresentar esses sintomas, durante um longo período de tempo, e já apresentam a doença, recomenda-se um diagnóstico precoce. É ponto fundamental do tratamento de qualquer tipo de paciente diabético.

O objetivo geral do diagnóstico precoce é o de auxiliar o indivíduo a fazer mudanças em seus hábitos alimentares, permitindo um controle metabólico adequado. Além disso, o tratamento nutricional deve contribuir para a normalização da glicemia, diminuir os fatores de risco cardiovascular, fornecer as calorias suficientes para manutenção de um peso saudável, prevenir as complicações agudas e crônicas e promover a saúde geral do paciente. Para atender esses objetivos a dieta deveria ser equilibrada como qualquer dieta de uma pessoa saudável normal, sendo individualizada de acordo com as particularidades de cada paciente incluindo idade, sexo, situação funcional, atividade física, doenças associadas e situação sócioeconômico-cultural.

A composição da dieta deve incluir 50 a 60% de carboidratos, 30% de gorduras e 10 a 15% de proteínas. Os carboidratos devem ser preferencialmente complexos e ingeridos em 5 a 6 porções por dia. As gorduras devem incluir no máximo 10% de gorduras saturadas, o que significa que devem ser evitados carnes gordas, embutidos, frituras, laticínios integrais, molhões e cremes ricos em gorduras e alimentos refogados ou temperados com excesso de óleo. As proteínas devem corresponder a 0,8 a

1,0 g/kg de peso ideal por dia, o que corresponde em geral a 2 porções de carne ao dia. Além disso, a alimentação deve ser rica em fibras, vitaminas e sais minerais, o que é obtido pelo consumo de 2 a 4 porções de frutas, 3 a 5 porções de hortaliças, e dando preferência a alimentos integrais.

#### Célicacos

Ainda pouco conhecida, seus sintomas podem se confundir com outros distúrbios. Trata-se da doença celíaca, ou seja: a intolerância permanente ao glúten.

A doença celíaca geralmente se manifesta na infância, entre o primeiro e terceiro ano de vida, podendo, entretanto surgir em qualquer idade, inclusive na adulta.

O tratamento da doença consiste em uma dieta totalmente isenta de glúten. Os portadores da doença não podem ingerir alimentos como: pães, bolos, bolachas, macarrão, coxinha, quibes, pizzas, etc, quando estes alimentos possuírem o glúten em sua composição ou processo de fabricação.

Devido à exclusão total de alguns alimentos ricos em carboidratos e fibras, a dieta do celíaco habitualmente é composta em sua maior parte de gorduras (margarina, manteigas, óleos, etc) e proteínas (carne em geral) e em menor parte de carboidratos (massas sem glúten, açúcares, etc).

Todo celíaco que não transgride a doença, tende a ter um aumento do peso corporal, e desta forma deve ter uma dieta equilibrada. Para tanto, deve diminuir a ingestão de proteínas, moderar o consumo de gorduras e aumentar o consumo de frutas, sucos naturais, verduras e legumes, tornando sua alimentação mais adequada e saudável.

O glúten é a principal proteína presente no trigo, aveia, centeio, cevada e no malte (subproduto da cevada), cereais amplamente utilizados na composição de alimentos, medicamentos, bebidas industrializadas, assim como cosméticos e outros produtos não ingeríveis.

O glúten não desaparece quando os alimentos são assados ou cozidos, e por isto uma dieta deve ser seguida à risca, pois agride e danifica as vilosidades do intestino delgado e prejudica a absorção dos alimentos.

O sintoma mais freqüente na faixa pediátrica, surgindo ao introduzirmos alimentação à base de papinha de pão, sopinhas de macarrão e bolachas, entre outros industrializados com cereais proibidos.

Caracteriza-se pela diarreia crônica, desnutrição com déficit do crescimento, anemia ferropriva não curável, emagrecimento e falta de apetite, distensão abdominal (barriga inchada), vômitos, dor abdominal, osteoporose, esterilidade, abortos de repetição, glúteos atrofiados, pernas e braços finos, apatia, desnutrição aguda que podem levar o paciente à morte na falta de diagnóstico e tratamento.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares, para apoiar a proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar as condições de vida das

crianças que necessitam de alimentação especial na merenda escolar.

# PROJETO DE LEI Nº 547/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Ação Social Evangélica Batista de Guabiro-tuba-ASIEBG, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

### JUSTIFICATIVA:

A Ação Social Evangélica Batista de Guabiro-tuba - ASIEBG, é uma associação jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade precípua a assistência social, a promoção, facilitando a viabilização de atividades filantrópicas e sociais que beneficiem aos necessitados atendidos pela entidade.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública estadual a Ação Social Evangélica Batista de Guabiro-tuba - ASIEBG, do Município de Curitiba.

### *Pequeno Expediente:*

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pequeno Expediente: com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

(Ausente)

Com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

**Deputado Dobrandino da Silva**  
(PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos acompanhando ultimamente, através da imprensa brasileira, o escândalo na Câmara Federal, do chamado "mensalão", denúncia de propina, de ganância, coisas que o povo brasileiro está perplexo. Essas atitudes na verdade têm deixado uma indignação muito grande na população deste país.

Mas, nós temos assistido também aqui no Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a coisas desta natureza, nesta mesma direção, que é o mau gasto, o mau uso do dinheiro público. Houve, por parte do Ministério Público e o Tribunal Superior Eleitoral, há um tempo não muito distante, uma decisão judicial que reduziu o número de Vereadores em todo o Brasil. Cidades como a minha Foz do Iguaçu que eram 21

Vereadores, reduziu para 14 Vereadores, e alegação principal, Sr. Presidente, do Ministério Público era o abuso de gasto, ou sejam gastos desnecessários. Com a diminuição de Vereadores, os Municípios gastariam menos dinheiro da população.

Eu tenho uma posição contrária - eu acho que não pode diminuir a representação popular; foi, no meu ponto de vista, uma decisão errada do Ministério Público e do Tribunal Superior Eleitoral que na verdade não surtiu efeito e eu trago aqui uma denúncia da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu: estou protocolando um requerimento na Sessão de hoje, Sr. Presidente, pedindo ao Tribunal de Contas do Estado que faça uma auditoria na Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu e vou dizer o porquê. Até o final do ano passado, Srs. Deputados, com 21 Vereadores na Câmara de Vereadores, a Prefeitura repassava costumeiramente, todos os meses, 450 mil reais, que eram gastos necessários para pagar salário de Vereadores, de assessores e toda a despesa da Câmara.

Pois bem. Com a diminuição do número de Vereadores, que caiu para quatorze, a partir do mês de janeiro, a Câmara de Foz recebe dos cofres da Prefeitura, dinheiro público, 780 mil reais por mês.

No ano passado, proporcionalmente, a Câmara gastava, por vereador, 25 mil reais por mês. Hoje gasta 50 mil reais, mas, pasmem, Srs. Deputados, e vejam só o motivo de indignação da população de Foz do Iguaçu. Para o próximo ano, Deputado Valdir Rossoni, o orçamento que a Câmara está pedindo - que baixou para 14 vereadores - vejam os senhores, treze milhões 997 mil reais, ou seja, cerca de 1 milhão e 200 por mês! O custo que girava em torno de 25 mil reais, por Vereador, no ano passado, para o próximo ano vai ficar em torno de 100 mil reais por vereador/mês!

Estou pedindo ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas uma auditoria nas contas da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu. Estou pedindo também ao Ministério Público uma diligência, um acompanhamento, porque é inadmissível em Foz do Iguaçu, que tem milhares e milhares de pessoas desempregadas, pessoas na verdade pedindo ajuda, pedindo esmolas com a situação que está a cidade hoje, e a direção da Câmara, o Vereador Carlos Juliano Pudell, do PTB, do Partido do meu amigo Carlos Simões - que eu sei que também não concorda com isso - a Vereadora Nanci Rafagnin do PDT, Deputado Tadeu Madeira, do Partido do meu amigo, Reni Pereira que eu sei que não concorda também com isso, e o Vereador Geraldo Martins do PT.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Dobrandino, esta Presidência quer saber se V. Exa. vai usar o Horário da Liderança do PMDB?

(Assentimento)

Perfeitamente. Então, V. Exa. no horário da Liderança do PMDB.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB.***

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Esses Vereadores assinaram, pela Mesa Diretora, esta imoralidade e não é possível que fiquemos - eu, da minha cidade que tanto lutei por ela -, de braços cruzados diante desta imoralidade.

Tenho certeza que o Tribunal de Contas não vai concordar com isso e muito menos a Justiça! Eu já disse à imprensa de Foz do Iguaçu: se o Prefeito homologar este orçamento, não venha ao Governo do Estado pedir recurso para a cidade de Foz do Iguaçu. Já falei com o Governador Requião, não podemos conceder recursos para uma cidade que está jogando dinheiro pela janela, através da Câmara Municipal.

Concedo o aparte ao Deputado Reni Pereira.

**O Sr. Reni Pereira (PSB)**

Quero discordar de V. Exa. quando o senhor emprega que o Prefeito poderia homologar. O Prefeito, dentro do critério da legalidade, da independência entre os Poderes, tem que concordar com isso.

V. Exa. fala muito bem que é um absurdo este aumento, tendo em vista a situação que o País passa e eu digo que o momento também é inoportuno, em que pese nós já termos solicitado, hoje pela manhã, ao nosso Vereador que foi um dos signatários, esclarecimento e detalhamento do porquê desse aumento.

Mas eu quero contribuir com V. Exa. no sentido de dizer que esse ato é uma prerrogativa da Câmara. Com certeza a legalidade pode estar estampada, mas a moralidade é questionável, principalmente face o momento político que o Legislativo passa, em todas as esferas, seja federal, estadual ou municipal.

Então eu gostaria simplesmente de colaborar com vosso discurso dizendo que ao Prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo MacDonald, se isso for aprovado, como foi aprovado por todos os Vereadores, inclusive os do vosso Partido aprovaram esse decreto, só resta sancionar, porque existe a independência entre os Poderes.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Nobre Deputado Reni Pereira, na verdade os Vereadores não aprovaram: o Presidente da Câmara, "melindrosamente" leu a Mensagem que foi assinada pela Mesa Diretora e enviou à Prefeitura, para que seja embutido no orçamento que vem, logo após, para a Câmara de Vereadores. Os Vereadores da Oposição contestaram, mas não tinha votação; ele apenas leu a Mensagem.

E digo mais a V. Exa. nobre Deputado: O Prefeito não é obrigado a concordar com atos dessa natureza! Na legislatura passada o Presidente da Câmara que assumiu e que hoje está em cadeira de rodas, o Vereador Adilson Rabelo, pediu 750 mil reais e a Prefeitura passou apenas 450 mil reais porque era o que a Câmara precisava! Então o Prefeito pode, sim, e deve, em favor da sua população,

protestar contra esse absurdo, que é essa ganância da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu.

**O Sr. Neivo Beraldin (PDT) (Aparte)**

A Assembléia Legislativa inovou em relação ao Regimento Interno, criando a Comissão de Fiscalização e Controle dos Municípios. O que é que essa Comissão tem feito em relação a isso? Tem solicitado documentos do Tribunal de Contas, feita a análise, encontrado alguma divergência no que diz respeito municipal ou mesmo das Câmaras de Vereadores, se remete ao Tribunal de Contas e se dá um prazo para que ele se manifeste nesse curto espaço de tempo.

Pois bem, daqui uns dias nós vamos aqui analisar um novo Regimento Interno do Tribunal de Contas e será a grande oportunidade de nós colocarmos ao Tribunal de Contas um regimento que seja diferente do que está hoje.

Veja V. Exa. que em Londrina se passaram três Prefeitos e o Tribunal de Contas não devolveu as contas do Município e quando devolveu, devolveu uma parte, e a outra, ele desmembra como uma auditoria, desmembrada da própria peça do orçamento. Essa é uma abordagem que queria fazer de que nós precisamos corrigir isso que vem ocorrendo aqui no Paraná.

Quero entrar no mérito de V. Exa. para elucidar, certamente o que fez o Presidente da Câmara foi pedir para que o Executivo, ao mandar o orçamento para o ano que vem para o Legislativo, que ele embuta a solicitação máxima feita pela Câmara. Então se o prefeito assim o fizer e os vereadores aprovarem, certamente eles terão essa margem financeira, que é imoral, como disse V. Exa.

Então, tenho certeza, conhecendo o Prefeito que é do meu partido, certamente ele não aceitará essa solicitação máxima. E deve, sim, o Chefe do Executivo, dar aquilo que precisa o Poder Legislativo e não aquilo que a lei lhe faculta.

V. Exa. vem em boa hora, porque certamente é a hora que o Prefeito vai acolher ou não, essa solicitação.

Parabéns! V. Exa. agiu em tempo hábil.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Deputado Neivo Beraldin, concordo com V. Exa., mas quero manifestar minha preocupação.

Deputado, eram 450 mil reais no ano passado que pagava toda a despesa do legislativo, e cada Vereador com três assessores. E o Prefeito já concordou, já está repassando com a redução de 21 vereadores para quatorze! Já houve um ilícito! Está repassando 780, que pulou de 25 para cinquenta mil reais por mês os gastos da Câmara, por Vereador! Então, já houve isso. E a nossa preocupação é que ele continue concordando e embuta esse orçamento que a Câmara está pedindo de catorze milhões de reais, que é uma imoralidade absoluta! Mais de 100 pequenos municípios do Paraná, não têm esse orçamento para pagar todas as despesas do município e da Câmara de Vereadores! É super imoral e inadmissível que se fique calado, que se cometa essa injustiça com o

dinheiro de uma cidade que hoje está fragilizadamente com uma dificuldade enorme!

**O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Deputado Dobrandino, tenho notícia, hoje mesmo, cinco ou seis municípios me informaram dessa situação. Por isso, há a Comissão de Fiscalização e Controle dos Municípios da Assembléia Legislativa do Paraná; quando há uma suspeita neste sentido, V. Exa. se socorra da Comissão, que solicita todas as despesas da Câmara, inclusive com Vereadores, custeio, investimentos e faremos uma análise aqui e remeteremos ao Tribunal de Contas para que nos dê, conforme determina a Constituição, em trinta dias, um Parecer conclusivo, porque o que há no Estado do Paraná hoje, é um certo “faz de conta” de que estamos fiscalizando.

Nós, da Comissão de Fiscalização e Controle, da Assembléia, já estamos analisando alguns municípios e estamos remetendo ao Tribunal de Contas para que ele nos devolva aquela que é uma análise que, por vezes, fica engavetada e, por vezes, tem apenas o Parecer. Não tem o dever de aprovar as contas. O Tribunal de Contas não tem o poder para aprovar as contas do município. Ele tem o dever de mandar à Câmara de Vereadores para que aprove ou rejeite, assim como acontece aqui no Estado do Paraná.

V. Exa. lembra que nós aprovamos aqui, com o meu voto contrário, dez anos de Governo, numa única Sessão, na última Sessão de 2002. Então, nós temos que mudar essa questão. O Poder Legislativo tem que se fazer valer, porque o povo espera muito dessa participação mais efetiva da nossa parte.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

V. Exa. tem um minuto para concluir.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Neivo Beraldin pela colaboração e deveremos recorrer à Comissão de Fiscalização, mas eu diria o seguinte: a Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu paga hoje aos Vereadores e a quatro assessores que cada um deles tem: cada vereador tem cinco telefones celulares e a conta é paga pela Câmara de Vereadores! Isto é imoral, cada vereador tem cinco aparelhos celulares para o vereador e assessores e a Câmara Municipal é que paga a conta! Na verdade, é preciso que se faça uma diligência, e eu quero chamar a atenção e vou mandar expediente para o Ministério Público, que foi o causador da redução do número de Vereadores em todo o Brasil. Dizia, na época, que não adiantava diminuir o número de vereadores mas sim, diminuir o percentual que as Prefeituras repassam para as Câmaras de Vereadores. Hoje, ganha mais um Vereador em Foz do Iguaçu, do que um Deputado Estadual!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Seu tempo já se esgotou, Deputado.

V. Exa. tem o horário da Liderança do Governo, caso queira.

***Passa a usar o horário da Liderança do Governo***

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Eu vou usar o Horário da Liderança do Governo para dar aparte ao Deputado José Maria, porque esse tema interessa.

Como eu disse, quero chamar a atenção do Ministério Público, para que assuma a responsabilidade de fiscalizar atos como esse.

**O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)**

Deputado Dobrandino, Líder do Governo.

V. Exa. traz neste momento, uma questão extremamente delicada, não só para a questão de Foz do Iguaçu, mas para toda a classe política, representando especialmente os Vereadores do Paraná.

Hoje os Vereadores da Câmara Municipal têm um percentual sobre a Receita Corrente Líquida, e esta Receita Corrente Líquida está sendo respeitada? Está sendo observado o Orçamento em relação a essa Receita?

É o que indago a V. Exa., se puder me responder.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Com certeza, Deputado José Maria, o que ocorre nas Câmaras de Vereadores, o Município muitas vezes faz um Orçamento subestimado lá em cima e a Câmara já coloca o seu junto com aquele Orçamento que nem sempre arrecada esses valores e o povo está pagando isso de forma ilegal.

**O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)**

Não quero e não estou fazendo defesa, não! Eu só estou esclarecendo como é que é a lei, só que o Tribunal de Contas acompanha mensalmente e depois a adequa. Ao final do exercício, não pode exceder aos 5% que a Câmara tem direito. Mostra uma questão. O que nós precisamos corrigir é o percentual, é o coeficiente que, por outro lado, a cidade de Foz do Iguaçu tem uma receita *per capita* extremamente elevada, porque consegue colocar dentro do absurdo, que está a denunciar V. Exa., este valor. Então, precisamos criar uma nova cadeia de percentuais, levando em consideração, população e renda tributária *per capita*, porque daí, nós estaríamos fazendo justiça e não teria oportunidade nem espaço legal, para que nós viéssemos a cometer as irregularidades e as discrepâncias que se comete e V. Exa. registra nesta tarde.

É importante que nós necessitemos de fazer uma emenda constitucional, na Constituição Federal. A Casa poderia propor ou poderia levar através do Partido, essa questão, porque realmente é uma discrepância, não se permite cinco celulares, um recurso que é maior, V. Exa. colocou, maior do que cem prefeituras do nosso Estado.

Se nós formos olhar um quinto, um quarto das Prefeituras do nosso Estado têm orçamento inferior ao da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu. Quatorze membros.

Então, essa é uma questão extremamente importante e vale a Assembléia pedir um estudo de Emenda Constitucional, através de nossa Procuradoria. Eu acho que V. Exa. teria condições de fazer isso, encomendar à Mesa, à Procuradoria, para que fizesse e encaminhasse, em nome da Assembléia, que tem condições de propor uma Emenda Constitucional e, também, através do nosso Partido a nível nacional.

Obrigado pelo aparte.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Eu dizia, nobre Deputado José Maria, na época, que não adiantaria de nada diminuir o número de Vereadores, nas Câmaras, se não reduzisse o percentual que ele tem direito, no orçamento do município. Ia acontecer isso que está acontecendo. Como exemplo: Os Vereadores da legislatura passada têm 21 assessores; diminuiu para quatorze e podia diminuir esse percentual. O que aconteceu? Eles aumentaram para quatro, para treze, e o Presidente tem onze assessores!

É, absolutamente, imoral e desproporcional, nobre Deputado Reni Pereira, entre os gastos dos Vereadores e assessores, e a diferença que está na mão da Direção da Casa!

É preciso uma investigação, urgente, naquela Casa de Leis, para que não aconteça, daqui a pouco, o que já está acontecendo em Brasília. É nas mesmas proporções!

Não podemos admitir, da minha cidade, nós batizamos muito em prol da população, não posso ficar calado diante de um ato imoral do Presidente da Câmara de Foz do Iguaçu, hoje o que está ocorrendo!

Quero denunciar, fazer esse requerimento e encaminhar ao Tribunal de Contas, que faça uma auditoria nas contas da Câmara de Vereador e, quero encaminhar um expediente, pedindo ao Ministério Público do Estado, que acompanhe, que faça uma diligência, porque eu tenho certeza que o Ministério Público não vai concordar com esses gastos desproporcionais que ocorrem hoje em Foz do Iguaçu.

O Presidente da Câmara vai ter que explicar isso, porque a população de Foz não pode pagar o preço, com os recursos, que são públicos, para essa farra na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Próximo orador inscrito, Deputado Ademar Traiano.

Pela Ordem, o Deputado Elton Welter.

**O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (Pela Ordem)**

Queria citar a presença do Prefeito de São Pedro do Iguaçu, Jurandir, que está aqui neste plenário e o fun-

cionário da Funasa, o Braganholo, que está aqui acompanhando essa sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Essa Casa quer dar as boas-vindas ao Prefeito de São Pedro do Iguaçu.

Pela Ordem, o Deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

A Questão de Ordem que eu faço à Mesa é a seguinte: Há mais de um mês nós instalamos aqui nesta Casa a CPI - Comissão Parlamentar de Investigação, sobre as máquinas eletrônicas de jogos de azar.

Consulto à Mesa quais os Partidos que fizeram a indicação, os Partidos que têm direito, sendo que são sete e quantos têm indicados e quando é que será instalada essa Comissão de Investigação, conforme proposição deste Parlamentar e deliberação deste Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Deputado Neivo, vamos consultar, e assim que tivermos as informações, estaremos informando.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)**

Solicito a V. Exa., ainda na Questão de Ordem, que seja dado o resultado ainda hoje, tendo em vista que a imprensa tem me solicitado constantemente essa questão e eu preciso que seja dada a resposta, se possível, nesta Sessão.

Muito obrigado!

**Deputado Ademar Traiano (PSDB)**

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso a tribuna para fazer nesta tarde uma manifestação em defesa da região Sudoeste do Paraná, de forma especial à classe empresarial da nossa região, mais especificamente na microrregião de Francisco Beltrão.

Deputado Dobrandino, peço a V. Exa. atenção para aquilo que vou falar.

O Governo do Estado, através de uma decisão isolada, sem com certeza consultar a classe política, ao indicar os representantes políticos da região Sudoeste do Paraná, toma uma decisão unilateral, drástica, que penaliza a região, e quero crer que outras regiões do Estado também.

No último final de semana, fomos surpreendidos com o fechamento da maioria das Agências de Renda da região Sudoeste do Paraná. E essa decisão vem prejudicar sensivelmente o empresariado regional, que mais do que nunca, precisa da manifestação de apoio, da estrutura básica elementar do Governo para as suas ações na região Sudoeste do Paraná. Na microrregião de fronteira, Deputado Dobrandino, fechou-se seus Agências Renda e criou-se apenas uma, na região de Capanema, fazendo com que as pessoas que precisem ou os empresários que

precisem de alguma documentação dessa área, tenham que se deslocar numa distância de quase cem quilômetros para buscar o benefício de certidão ou de qualquer outro documento necessário para as suas empresas.

Estive na cidade de Dois Vizinhos no sábado pela manhã, e fiquei realmente indignado. As lideranças locais acorrentaram as portas da Agência de Renda do Município de Dois Vizinhos, porque lá estavam os funcionários do Governo tentando tirar os móveis da agência para levar para Francisco Beltrão!

Não há como acreditar! Parto agora em defesa da minha região, e de forma especial da minha cidade, Dois Vizinhos. Uma cidade de porte, que tem na sua cidade, no seu Município, o mais importante frigorífico abatedor de aves do País! E o Governo, não tem a sensibilidade de manter naquela cidade uma Agência de Rendas, levando para Francisco Beltrão, inviabilizando a atividade empresarial daquele município e tantos outros que pertenciam a essa Agência de Renda de Dois Vizinhos!

Recebo neste dia, várias manifestações, de Câmaras de Vereadores, de Prefeitos e Associações Comerciais, da Associação Comercial de Realeza que manifestam a sua indignação com relação a essa posição isolada do Governo do Estado do Paraná! E, com certeza, o Governo não ouviu os seus representantes políticos da região prejudicando a economia do Sudoeste do Paraná!

Lamento, porque a Região Sudoeste tem o Chefe da Casa Civil como representante e não ouvi nenhuma manifestação no sentido de reverter essa decisão do Governo. Mas, percebo que há uma certa atenção especial ao município de sua base, porque tira as chefias de agências de renda da grande maioria dos municípios da região de fronteira e leva para Capanema!

Não somos contra, porque é um município muito bem estruturado e merece a atenção do Governo, mas não podemos prejudicar os demais municípios da região, sob a égide da proteção política de apenas um município e atendendo a vontade política de uma pessoa.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PMDB***

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Procede a sua preocupação, pois também estamos preocupados.

Conversei hoje com o Secretário da Fazenda, e amanhã, na Casa Civil, teremos uma reunião para discutir esse assunto. Deveremos definir e resolver esse problema que também acho que são ruins para os municípios. O colono não manipula a internet. É mais fácil para ele dirigir-se à Agência de Renda e tirar as suas guias e pagar.

Então, já encaminhando o assunto, Deputado Ademar Traiano.

Muito obrigado!

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Agradeço o seu aparte e a sua preocupação como homem público, experiente, no sentido de intermediar uma ação na defesa dos municípios pequenos da Região Sudoeste do Paraná. E com certeza outras regiões terão o mesmo problema.

Até no sentido de ilustrar a preocupação das lideranças regionais, no expediente que encaminham, manifestam o desejo e a vontade de sustentar e manter funcionários, aluguel para que as agências permaneçam no município.

Por isso, devemos nos somar no sentido de trabalharmos em defesa da nossa região e de todas as demais regiões que serão prejudicadas com essa decisão.

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

**O Sr. Reni Pereira (PSB)**

Deputado Ademar Traiano, cumprimento V. Exa.

Gostaria de informar que V. Exa. não entende, a sociedade paranaense, os Prefeitos, não entendem os critérios e nem tampouco o Líder do Governo sabe dos critérios, porque não existem critérios!

Eu, que tive a origem lá no Sudoeste, na cidade que V. Exa. foi Prefeito e qual é o critério técnico que leva uma cidade como Capanema manter aberta a sua agência de renda e uma cidade desenvolvida econômica e industrialmente como Dois Vizinhos, ter fechado. Na nossa região, Oeste, também tivemos, na cidade de Medianeira, uma das maiores arrecadadoras do Estado do Paraná, também fechou as suas portas! Qual é o critério que levou?

Então, estamos protocolando hoje um pedido de esclarecimento, porque é essa a nossa obrigação, como Deputado. Quais foram os critérios que foram levados em consideração pela Secretaria da Fazenda para fechar algumas agências e permanecerem outras abertas?

Parabéns pelo pronunciamento, Deputado.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Muito obrigado, Deputado Reni. Sei que V. Exa. é um expert no assunto, vem do segmento, conhece profundamente essa área, e não tenho a menor dúvida que está sensibilizado com o assunto e vai somar-se a essa manifestação.

**O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)**

V. Exa. concede-me um aparte?

**(Assentimento)**

Agradeço ao Deputado Ademar Traiano pelo aparte e quero somar-me ao seu pronunciamento, porque já fui duas ou três vezes na Secretaria, e quando indago, dizem que nunca tem projeto, só que as reduções e o fechamento de agências acabam acontecendo, como aconteceu com Assaí, como aconteceu com Porecatu, região minha e do Durval, como aconteceu com Primeiro de Maio, como aconteceu recentemente com São Jerônimo da Serra.

Por exemplo, está aqui hoje, logo mais estarei em audiência com o Sr. Secretário para tratar dos Municípios de Ibiporã, de Cambé e de Rolândia. Está aí o Prefeito Adelino Margonar, Prefeito Beto Bacarin e também o Prefeito de Rolândia, Eurides Moura, porque são três cidades extremamente importantes. Na de Ibiporã, para ver que o Deputado Reni tem toda a razão quando diz que não tem critério, não estabeleceram nenhuma lógica dentro de um processo de encerramento dessas agências.

A agência de Ibiporã, congrega outros dez municípios; de São Jerônimo da Serra vem para Ibiporã. De São Jerônimo da Serra à agência regional de Londrina são cem quilômetros.

Ora, se um cidadão, um empresário for precisar, for necessitar dos serviços da agência de renda, ele tem que se deslocar para ter o atendimento do Estado. É inadmissível! E aí vem um outro complicador; nós estaremos sempre favorecendo as cidades-pólos, estaremos sempre favorecendo as cidades maiores neste processo de fechamento, porque o empresário, até por razões práticas, vai começar a escolher cidades-pólos para poder instalar a sua atividade comercial, porque ali tem o atendimento do Estado!

Por esta razão, também os pequenos Municípios estariam sendo segregados a uma condição de não ter facilitada a instalação de indústrias.

Por esta razão, somo-me ao seu pronunciamento. Já recebi o convite para comparecer às 10h30 amanhã na Casa Civil para discutir essa questão; estarei logo mais também na Secretaria da Fazenda, discutindo, porque precisamos fechar a questão. Precisa de muito esclarecimento para que esta Casa concorde com o que pretende fazer a Secretaria da Fazenda.

Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Muito obrigado, Deputado José Maria. Conheço-o como um grande estudioso desta área, um profissional ligado ao segmento, sua preocupação é a nossa, e tenho certeza que a sua força política vai ajudar a interferir nessa decisão de Governo, além do que temos que compreender que o Governo ocupa no Paraná e nos Municípios uma função social, e as agências de renda, queiram ou não, exercem essa função social de dar esse aparato no desenvolvimento regional, cobertura das pequenas empresas para que elas possam se propagar, e atuarem com maior eficiência, maior rapidez.

Por isso da nossa preocupação no sentido...

**O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)**

Só trago um dado para ver a dimensão da agência que estão fechando. A agência só de Ibiporã já arrecadou onze milhões em recursos para o Estado. É uma agência dessas que está fechando, com mais outras dez que dependem dela!

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Imagine, Deputado José Maria, o Deputado de Dois Vizinhos, uma Sadia se rebelar pelo fechamento da agência de renda de Dois Vizinhos! É incompreensível, eu acho, por parte do Governo, uma decisão realmente impensada, uma cidade que tem como sede uma Sadia, que é a grande referência nacional, gera divisas para o Estado, em termos econômicos, e para o país, é a mais importante empresa de abate de aves neste país e nessa cidade, e o Governo toma a decisão de fechar a agência de rendas!

Estive lá, sábado, e vi o Prefeito doido, a população enlouquecida. Não tem como admitir isso!

Por isso, peço a aquiescência e a compreensão dos nobres Pares para que tomem essa decisão, principalmente os Deputados de Governo, no sentido de sensibilizar o Governo para que recue dessa decisão.

**O Sr. Luiz Fernando da Silva Litro (PSDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Quero somar-me ao Deputado Traiano, porque sou de Dois Vizinhos, do Sudoeste do Paraná, e sei o quanto a agência de rendas faz falta para um pólo como Dois Vizinhos. São mais de dez cidades que os contadores - os que fazem contabilidade - vêm a Dois Vizinhos: Quedas do Iguaçu, São Jorge d'Oeste, Itapejara, Verê, Nova Esperança, Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu.

Então, como o Traiano vem falando, o Grupo Sadia abate mais de quinhentos mil frangos ao dia e a nossa agência de rendas, saindo de lá, um pólo que reivindica tantas coisas para Dois Vizinhos! Perdendo a agência de rendas de Dois Vizinhos, quem mais perde é a classe mais pobre, porque tendo um IPVA atrasado, tem que ir à agência de rendas para fazer um parcelamento, nesta oportunidade, não tem para fazer um parcelamento.

A população se uniu, Oposição e Situação, e a população se acorrentou à agência de rendas para que não tirasse os móveis dessa cidade.

Dei entrada com um requerimento na Assembléia Legislativa, para ser aprovado, para que a agência de rendas não saia de Dois Vizinhos.

Muito obrigado.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



Quero, nesta minha explanação, cumprimentar o Governador Roberto Requião pela posição que assumiu com relação ao pedágio e, ao mesmo tempo, quero cobrar dele que tome essa posição também na BR-277, no pedágio da Ecovia, que, por incrível que pareça, é de um dos seus Secretários, o Marcelo Almeida, Diretor do DETRAN; pertence à empresa do seu pai, o nosso grande empresário Cecílio do Rego Almeida.

Governador Roberto Requião, o povo do Paraná quer a mesma medida. Se V. Exa. entende que não tem via alternativa no pedágio de Foz do Iguaçu, não tem via alternativa no pedágio também de Paranaguá. Não é justo que o povo que vai a Paranaguá continue a pagar o pedágio à empresa Ecovia!

Queremos, então, que V. Exa. cumpra a sua palavra de acabar com o pedágio ou de baixar o preço. Como está difícil, já fechou lá em Foz do Iguaçu, então, que faça aqui também na rodovia de Paranaguá.

Estamos vendo a movimentação política com relação ao fechamento das agências de rendas no Paraná. Realmente, é uma medida arbitrária, é uma medida prepotente do Governo contra o funcionamento das agências que vêm atendendo à população do Estado. Ao invés de abrir mais agências para poder desburocratizar o serviço - que já é muito complicado por si só - o Governo do Estado vem e fecha as agências de algumas cidades, concentrando em outras essa prestação de serviços!

Esse projeto foi feito por um homem que dirige um setor da Secretaria da Fazenda, o CREA. Este cidadão, o funcionário público Luiz Carlos, que não conversa com ninguém, não quis ouvir Prefeito, não quis ouvir Vereador, não quis ouvir Deputado, é arrogante e prepotente. Foi ele que fez o projeto de fechamento dessas agências.

Acho que o Governador Roberto Requião vai fazendo escola com relação à prepotência e a arrogância. Outro dia nós vimos aqui o Requião "cover" representado pelo Procurador-Geral do Estado, Dr. Botto de Lacerda, que também é arrogante e prepotente.

Vão se criando "Requiões" do Estado. Agora é o Luiz Carlos Vieira em um setor da Secretaria da Fazenda, que fecha e não dá "bola" para ninguém e diz que não tem satisfação a dar a Prefeito, a Vereador, a Deputado, a ninguém! Ele é o Estado! Parece-me mais com o Napoleão Bonaparte, não o filósofo, mas o belicoso, do que propriamente com o funcionário público deste século.

Além de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador Roberto Requião, juntamente com o Secretário da Fazenda, Heron Arzua, recolheram de volta, para prestar serviços, um homem que já tinha se demitido, que já estava exonerado há mais de cinco anos, foi readmitido como funcionário - o Sr. Vicente Teza, há dez anos atrás havia pedido demissão do cargo que exercia na Secretaria da Fazenda.

Agora, fez um requerimento e o Secretário da Fazenda readmite o funcionário que estava exonerado, contrariando tudo aquilo que a Constituição do Estado nos impõe. E volta o Sr. Vicente Teza novamente a traba-

lhar como funcionário público na Secretaria! Ora, então, não vale o estatuto do funcionário público do Estado, não vale a Constituição Federal e a Estadual, vale a vontade do Secretário da Fazenda e do Governador em readmitir um funcionário que já tinha se demitido, se exonerado do cargo de funcionário público do Estado do Paraná?

O que estamos vendo é a vontade autoritária de alguns querendo impor a sua vontade ao povo do Paraná.

Governador, está na hora de realmente o povo do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço para V. Exa. concluir, o seu tempo já se esgotou.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

Peço a palavra, Pela Ordem, porque me inscrevi no Grande Expediente.

V. Exa. há de convir comigo que o Deputado Anibelli se inscreveu até o dia 28 de novembro. Isso aqui não é brincadeira, é um Parlamento! Espero que V. Exa. discipline essa situação. Embora sendo regimental, é imoral. Isso é cassar a palavra de um Parlamentar que deseja cumprir com o seu dever! Na anuência do escrito, solicitei a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Na hora em que chegarmos no Horário do Grande Expediente, caso o Deputado Anibelli não esteja, V. Exa. que está inscrito...

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

V. Exa. já encaminhou ao Horário da Liderança?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Estamos ainda no Pequeno Expediente.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Pedi a V. Exa. para me inscrever no Pequeno Expediente e V. Exa. disse que não podia mais.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Porque temos todas as vagas preenchidas. Temos inscritos o Deputado Barbosa Neto e o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Aguardo o Grande Expediente para que faça, mas já vale então como Questão de Ordem ou Pela Ordem



essa questão, porque não é possível que alguém se inscreva até dia 28 de novembro, pensando que isto aqui é Casa de um só. Há trabalhos de Parlamentares a serem expostos à opinião pública e não podemos brincar de eliminar trinta minutos do Grande Expediente para bel-prazer de um ou outro Parlamentar!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto, por cinco minutos.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço um registro nesta Casa, na tarde de hoje, da minha indignação à atitude da Secretaria de Estado da Fazenda, que está fechando 52 das noventa agências da Receita Estadual. Quero também lembrar aqui às Sras. e aos Srs. Deputados que este Deputado, juntamente com o Deputado Reni Pereira, protocolou no dia 3 de maio, e que teve o apoio de outros dezesseis Parlamentares, um requerimento ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Heron Arzua, para impedir o fechamento das Delegacias Regionais da Receita Estadual nas cidades de Jacarezinho, União da Vitória, Umuarama e Pato Branco.

O Governo não fechou essas Delegacias Regionais, mas em contrapartida está fechando as agências em 52 cidades do Estado do Paraná.

Eu recebo, inclusive, alguns e-mails de uma senhora que se identifica como Dona Maria Aparecida, em que ela formula aqui algumas razões que o Governo possa estar alegando para fechar essas agências.

Por exemplo, a agência de Colorado é a terceira agência em arrecadação no pólo da receita de Maringá, e o Governo se justifica como contenção de despesas. Só que o funcionário, no caso, é colocado à disposição da Secretaria Administrativa, mas o Estado paga um estagiário dando-lhe pleno poder, em detrimento aos funcionários que têm quase vinte e cinco anos de experiência, em alguns casos, e que passaram por cursos de reciclagem, inclusive, para exercerem as suas funções.

Isso realmente nos espanta, vindo de um Governo que tanto criticou o neoliberalismo promovido por governos anteriores. Essa é a política do estado mínimo, essa é a cartilha do neoliberalismo em que o Governo Roberto Requião está se pautando. Aliás, uma atitude como essa é típica do centralismo exarcebado dos antidemocratas e nós não podemos aceitar a justificativa de que o movimento era precário ou que não havia intenção de aumentar a arrecadação nessas cidades.

Lamentavelmente o Governo está na contramão da história e só na nossa região de Londrina: Assaí, Ibiporã, Cambé, Rolândia, São Jerônimo da Serra, Colorado, Porecatu, e tantas outras mais, vão ser prejudicadas em uma atitude que tira a autonomia dos municípios, diminui

a importância desses e conseqüentemente, atrapalha o desenvolvimento, diminui a arrecadação.

Portanto, não há justificativa plausível para isso que estamos vendo!

Aliás, a forma como a Secretaria de Estado está realizando esse procedimento também é questionável, porque os próprios funcionários não foram avisados, estão dando expedientes, os móveis estão sendo retirados dessas agências. Um prejuízo para eles, que já estão sofrendo pressão, ameaças morais e psicológicas, e agora o Governo também faz com que esses funcionários não sejam alocados para outras áreas, dando, mais uma vez, uma demonstração de desrespeito a essa categoria.

Nós, na tarde de hoje, estaremos fazendo um outro requerimento, juntamente com o Deputado Reni Pereira, para demonstrar a nossa posição contrária ao fechamento dessas agências da Receita Estadual em várias cidades do Estado do Paraná.

Mais uma vez aqui fazemos lembrar a campanha eleitoral: se o atual Governador fizesse este tipo de promessa como candidato, com certeza não teria recebido os votos da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próxima oradora inscrita, Deputada Luciana Rafagnin.

### ***Deputada Luciana Rafagnin (PT)***

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna, nesta tarde, especialmente para pedir o apoio de todos os Deputados e Deputadas para dois projetos de minha autoria, que estão em pauta nesta tarde, e antes mesmo de anunciá-los, eu gostaria de registrar a presença de várias lideranças e diretores sindicais que se encontram aqui acompanhando, nesta tarde, de uma maneira especial o Projeto de Lei nº 026/2005, que foi uma reivindicação da Fetropar, que é a Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Paraná, que tem uma preocupação muito grande com o emprego no nosso Estado e por isso, numa visita que fizemos à Fetropar, conversando com os sindicatos, entendemos que esse é um projeto importante e o encaminhamos nesta Casa de Leis, o qual vamos votar nesta tarde.

O Projeto nº 026/2005, proíbe a utilização de catracas eletrônicas nos transportes coletivos pertencentes a empresas que mediante concessão ou permissão exploram linhas urbanas metropolitanas, municipais e intermunicipais no nosso Estado do Paraná.

Então, tem como objetivo principal, assegurar o emprego de muitas pessoas que trabalham hoje como cobradores. Estamos solicitando o apoio de todos os Deputados os Deputados para que possamos aprovar, nesta tarde, em primeira votação e também esperamos em segunda e terceira votações, para que asseguremos aqui,

no mínimo por 25 anos, que é o que prevê o projeto. Então a proibição de catracas eletrônicas nos transportes coletivos do nosso Estado.

Quero também registrar a presença aqui do Epitácio Antonio dos Santos, Presidente da Fetropar, do Sr. Elizeu Manoel Cezerino, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre e também do Sindismate, do Sr. José Luís Cogerski, que é Diretor Secretário do Sindismate. Temos aqui várias lideranças sindicais e queremos, com muito carinho, recebê-los nesta Casa e esperamos contar com o apoio de todos os Deputados para a aprovação deste projeto, que é importante para o nosso Estado e que, com certeza, vai ajudar a manter muitos empregos e ajudar a evitar o desemprego que pode vir a acontecer, se todas as linhas do transporte coletivo utilizarem as catracas eletrônicas.

Quero também pedir o apoio ao Projeto de Lei nº 194/2005, Item 13, da pauta de hoje, que determina que no Paraná todo produto que for vendido e que na sua fabricação, na sua matéria-prima tenha sido utilizado organismos geneticamente modificados, que ele contenha no seu rótulo o símbolo da transgenia, para que todas as pessoas, quando vão comprar um produto, um alimento no mercado, possam saber se ele contém ou não, produtos transgênicos.

Nós sabemos que a questão dos transgênicos é um assunto bastante polêmico e até hoje não temos estudos científicos que nos comprovem realmente o que ele pode causar ao ser humano. Também não podemos dizer aqui que não causa nada ao ser humano; somos do princípio da precaução e por isso queremos que as pessoas tenham o direito de poder chegar ao supermercado e, ao comprar um alimento, saber se esse produto tem ou não transgenia.

Concluindo, Sr. Presidente, respeitando o espaço, gostaria então de pedir o apoio, reforçar o apoio a esses dois projetos que, para nós, são de suma importância: o Projeto de Lei nº 026/2005 e o Projeto de Lei nº 194/2005. Com certeza, aprovando esses projetos, estaremos contribuindo, e muito, com o nosso Estado do Paraná, com vidas falando na questão dos transgênicos e na questão do emprego quando nos referimos ao Projeto nº 026.

Quero me somar também aqui, Sr. Presidente, à preocupação do Deputado Traiano, quando se manifestou aqui com o fechamento das agências de renda. De uma maneira especial do nosso Líder Dobrandino, que já colocava também essa preocupação e dizer que também estaremos participando amanhã dessa audiência, porque é um assunto que envolve, de uma maneira muito especial, a nossa região Sudoeste. Acredito que esta é também uma preocupação do nosso Líder, Dobrandino, e com certeza é uma preocupação do Governo, que deve voltar atrás com relação ao fechamento dessas agências.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. Deputados.

**O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas para me somar à preocupação da Deputada Luciana, no que diz respeito aos seus

projetos e cumprimentar os Presidentes e demais membros de sindicatos que aqui estão, e dizer, Deputada Luciana, porque quero me somar a você - permita-me chamá-la de você.

Maringá está na iminência de, nos próximos dias, botar na rua centenas e centenas de cobradores, conta da lei, lá na Câmara já aprovada. É lamentável que nós tenhamos hoje, com tantos desempregados, mais outros tantos, por conta de programas como esse. Aí, sim, vemos a importância do seu projeto, de ele ser aprovado para se tornar lei no Estado do Paraná.

Conte com o meu apoio e com certeza, dos demais colegas seus.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

**O SR. TADEU VENERI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há algum tempo atrás, tomamos conhecimento de uma auditoria, a pedido do Ministério Público Estadual, na Secretaria Estadual de Saúde, feita pelo Ministério da Saúde e que apontou inúmeras irregularidades e justamente por isso, no dia de hoje eu protocolei uma convocação do Secretário de Saúde. A pedido do Líder do Governo, estaremos transformando esta convocação em convite, até porque há um compromisso seu que ele fará empenho para que o Secretário Xavier esteja aqui nesta Casa, uma vez que há alguns pontos no orçamento que se repetirão e são extremamente preocupantes.

Eu gostaria de relatar pelo menos três deles: um, que o Governo do Estado não gastou, dos valores necessários para a Saúde que a Emenda Constitucional 29 determina, os 12% gastou 218 milhões a menos, ou seja 34% não foram gastos com a função determinada pela Emenda Constitucional 29 que é a universalização da Saúde.

O que é mais preocupante, eu anotei alguns de uma matéria que saiu ontem no jornal Gazeta do Povo, que estão nesse relatório que foi entregue há três meses atrás; já está se fazendo um novo relatório, mas alguns me chamaram a atenção, no que diz respeito à Secretaria Estadual da Segurança Pública, 9 milhões e 876 mil, que são valores pagos para pessoal, em cargos do Hospital da Polícia Militar.

Da Secretaria Estadual de Administração e Previdência 72 milhões gastos com despesas de ações judiciais, assessoria técnica, consultoria do Hospital Militar, assistência à saúde dos servidores públicos e convênios; um milhão, 423 mil, com folha de pagamento, departamento de assistência à saúde dos servidores públicos do Estado; 10 milhões, 650 mil, despesas com pensões especiais para hansenianos; em Jacarezinho, na manutenção do ensino do Norte Pioneiro; 743 mil, 132 reais, despesas

usadas para manutenção dos cursos de Educação Física e Fisioterapia, que em absoluto tem nada a ver com saúde e com SUS; 80 mil reais também gastos com os mesmos cursos; também a Secretária Estadual do Desenvolvimento Urbano recebeu 1 milhão, 185 mil, 266 reais, com gastos com obras de capelas mortuárias, centros comunitários, pavimentação asfáltica e galerias pluviais; 6 milhões, 128 mil, com limpeza das praias na temporada e construção de aterros sanitários. E há outras despesas colocadas aqui. Justamente por isso, fizemos a convocação, que será transformada em convite.

Mas é preocupante, Deputado Elton Welter, porque a saúde, após a Emenda Constitucional 29, tem por lei, que receber 12% dos orçamentos do Estado e também um percentual dos Municípios. Quando esse valor não é recebido, perde a Saúde como um todo.

Então, gostaria de ouvir do Secretário, algumas dessas situações nós discutimos aqui, no ano passado. Por exemplo, as questões vinculadas aos 12% da saúde, que estão no saneamento. Foi inclusive objeto de Emenda assinada pelo Presidente Estadual do PT, André Vargas, por mim e por outros Deputados. Também discutimos as questões vinculadas ao próprio Hospital da Polícia Militar.

Passo a ocupar o Horário da Liderança do PT.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança do PT***

E também me preocupo, porque alguns desses percentuais, chegamos a fazer debate, outros nós não conversamos. São valores que nós não tínhamos até ali apurado, no orçamento de 2003. Mas, como falei antes, Sr. Presidente, o orçamento de 2004 que já está sendo também objeto de uma ação do Ministério Público do Estado do Paraná, também será auditado e também apontará os mesmos problemas, porque esses problemas vêm se repetindo, ano a ano.

Estão inclusive apontados naquele levantamento das contas do Governo, em uma cartilha feita aqui pela Liderança do PT e entregue aos Srs. Deputados e à imprensa, onde apontamos claramente que nem os 12% e nem os 25% da educação estão sendo contemplados conforme determina a nossa Constituição Estadual e a Constituição Federal. Obviamente que o Tribunal de Contas, ao recomendar e aprovar as contas do Estado do Paraná, o faz com ressalvas; justamente elas estão nesses pontos que dizem respeito à saúde e à educação.

Agora, aqui, na Assembléia, vamos aprovar o orçamento para o próximo ano e eu gostaria - é o que compete a nós - que estivessem no orçamento, na parte de saúde, valores que não fossem diretamente envolvidos com a universalização da saúde.

Não é possível que num momento em que temos já apontados, aqui, problemas com as ITI's no Estado do Paraná, embora tenhamos tido um acréscimo de UTIs por conta dos recursos do Governo Federal aportados aqui,

nas UTIs, quando veio para cá o Ministro da Saúde anterior, Humberto Costa.

Não é possível, num momento em que sabemos que na educação e na saúde, que são os principais pontos de constataremos a condição de cidadania de um povo, estejamos deixando a desejar.

Por isso, Srs. Deputados e Sra. Deputada, queremos que, no ano que vem, o Orçamento da Saúde seja de 12% para a Saúde e que os 12% não venham com valores como esse que, tanto a auditoria solicitada pelo Ministério e que foi apontada nessa auditoria feita pelo Ministério da Saúde, que traga valores tão absurdos como esse que eu acabei de relatar e nós não entramos no mérito dos 83 milhões de ampliação do Sistema Integrado de Saúde, porque foi votado aqui nesta Casa, mas não lembro em nenhum momento que esta Casa tenha votado - se eu estiver errado, que os senhores me corrijam - valores destinados para despesas usadas, para manutenção do Curso de Fisioterapia. Não lembro que nós tenhamos evitado valores destinados a gastos com construção de capelas mortuárias ou centros comunitários ou pavimentação asfáltica e galerias pluviais.

Eu acho que esse é um desvio que deve ser observado com atenção, porque senão nós aprovamos um orçamento aqui que, ao chegar à Secretaria, acaba se transformando em letra morta e passe a se fazer valer uma outra leitura do orçamento, deixando esses milhões - que é muito, muito dinheiro, são 34% do Orçamento - fora daquilo que é obrigação do Estado.

Eu passo o aparte ao Deputado Neivo Beraldin e, na sequência, ao Deputado Marcos Isfer.

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Deputado, V. Exa. aborda um assunto de Saúde que foi motivo de matéria e página inteira, ontem, na Gazeta do Povo.

A Auditoria Federal diz que foram desviados 218 milhões de reais, ou sejam 34% da Saúde, em 2003.

Eu gostaria de dizer que, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, vamos requerer do Ministério da Saúde a auditoria feita e vamos também solicitar da Secretaria de Saúde todas as justificativas, entre elas essa, que gastou seis milhões e cem mil reais para a coleta de lixo do litoral do Paraná.

Também consta a construção de capela mortuária. V. Exa. deve ter lido a Gazeta do Povo e certamente, na condição de Deputado Estadual, não estaríamos exercendo a nossa função, se não fizessemos efetivamente uma análise contábil, financeira, da atuação da Secretaria de Saúde.

Cumprimento V. Exa, por ter levantado esse tema.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Obrigado, Deputado Neivo Beraldin.

Antes de passar o aparte ao Deputado Marcos Isfer, que é o relator do Orçamento, esse relatório, essa

auditoria do Ministério da Saúde, já está disponível há uns trinta dias.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Onde está disponível? Aqui nesta Casa?

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não, nesta Casa não. Está disponível no Ministério da Saúde.

Eu posso, junto com V. Exa. assinar esse pedido, mas...

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

A Comissão de Orçamento, se me permitirem o aparte - agora há pouco eu conversava com o Deputado Ademir - está requerendo este relatório, porque pretendemos, dentro da Comissão, discutir essas justificativas, até mesmo porque uma série de rubricas ali colocadas não foram, como bem disse o Deputado Tadeu Veneri, sequer discutidas ou votadas nesta Casa.

Nós queremos, dentro da Comissão de Orçamento, levar isso a fundo, fazer esse trabalho, verificando esta auditoria, e acredito, bastante oportuna, audiência pública a respeito do tema.

Eu queria apenas comunicar que ontem tivemos a oportunidade de ver a mesma matéria que V. Exas. viram; chamou bastante a atenção, até porque o Ministério da Saúde coloca uma série de interrogações e apontando uma série de falhas no cumprimento do Orçamento e nós queremos, efetivamente achamos que este é o local apropriado para discutir, tanto na Comissão de Fiscalização, mas principalmente, dentro da Comissão de Orçamento, porque dentro de poucos dias, estaremos votando novamente, o Orçamento para o ano que se aproxima.

Então, é importante que nós estejamos bastante atentos a isso e, já estaremos solicitando, pela Comissão de Orçamento, a disponibilização dessa auditoria, mas também com um relatório detalhado e com um técnico que a acompanhe.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputado Marcos Isfer, até gostaria de fazer uma sugestão. O Deputado Padre Paulo, que é o titular da Comissão de saúde, junto com o Presidente da Comissão de Saúde, que nós pudéssemos, talvez, com o Deputado Neivo Berardin, fazermos uma audiência pública das três Comissões, ouvirmos o Secretário, chamarmos o Ministério da Saúde, a nível nacional, até para que nos explicasse o seu relatório.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

V. Exa. me permite, eu gostaria de sugerir, que primeiro nós tivéssemos essa auditoria, que nós pudéssemos fazer uma reunião interna com aqueles Deputados que tiveram interesse e, após, sim chamarmos uma audiência

pública, até porque tem uma série de dados ali que nos assustam, à primeira vista.

O Sr. Ailton Araújo (PPS)

Quero cumprimentá-lo pela iniciativa de levantar essa questão, que é muito séria.

Em primeiro lugar temos que cuidar da vida da população, e o dinheiro da Saúde não pode ser desviado em prejuízo da saúde do povo. Os nossos hospitais estão quebrando! Eu sou vice-Presidente da Sociedade Evangélica Beneficente, o Hospital Evangélico está acumulando uma dívida de treze milhões! Este ano, o nosso déficit é de um milhão e duzentos mil por mês, ou seja, daqui a pouco as instituições vão ter que fechar as portas, porque o dinheiro que devia ser destinado à saúde, está sendo levado para outro setor.

Então, cumprimento V. Exa. e creio que o Governo deve pensar mais sério.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Só passar para o Deputado Padre Paulo e encerrarmos o nosso pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente!

O Sr. Padre Paulo Campos (PT)

Apenas para cumprimentar também o Deputado Tadeu Veneri, por levantar aqui o problema e dizer, como membro da Comissão de Saúde, que eu aceito a sua proposta e acho que, daquilo que foi dito pelo Deputado Isfer, após fazermos o levantamento cabe aqui, uma audiência pública, para que nós tenhamos a explicação desse recurso mal aplicado.

Obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Padre Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Fica aqui, já a modificação da convocação que foi protocolada, para "convite" ao Secretário de Saúde, para que, num prazo de quinze dias, possa vir aqui à Casa, de acordo com o Líder do Governo, fazer as considerações que achar necessário.

Obrigado.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

No Grande Expediente, Deputado Antonio Martins Anibelli.

Pela ordem, Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Gostaria de convidar todos os Deputados desta Casa, independente de ser Situação ou Oposição, para serem signatários do requerimento, pedindo quais foram os critérios que levaram o fechamento das agências, haja vista, que no Plenário, vários Parlamentares estão mani-

festando esta preocupação que está vindo das suas bases eleitorais.

Nesse requerimento, nós questionamos, justamente, se foi feito pela Secretaria da Fazenda, uma análise, quanto à vontade do contribuinte e, também, quanto ao serviço que deve ser prestado.

Então, peço aos demais Pares, desta Casa, que queiram assinar o requerimento que se encontra à Mesa.

### ***Deputado Antonio Anibelli (PMDB)***

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero pedir permissão ao Deputado Reni, para apor a minha assinatura nesse requerimento, para que nós possamos obter os esclarecimentos a respeito do fechamento dessas agências de renda do Sudoeste do Estado.

Acho um mau momento; deve ser coisa dos tecnocratas, dos burocratas, não sabendo aonde poderá desaguar esse fechamento de agência.

Sr. Presidente, eu havia me inscrito há alguns dias atrás, em algumas Sessões, de acordo com o Regimento Interno da Assembléia. Não sabia que o Deputado Neivo havia reclamado, e sem saber, me dirigi aos membros da minha Bancada e, fui ao Deputado Neivo e ofereci o horário, se ele tinha algum assunto de seu interesse, mas ele agradeceu. Mais tarde, fui saber que o Deputado Neivo tinha feito críticas à Mesa e talvez, à minha posição.

Eu não estava presente na hora das críticas, mas se aqui estivesse, teria respondido a V. Exa. e pela amizade que nos nutre, eu tive por minha parte, acho que foi delicadeza, oferecer-lhe o horário, mas quando soube que V. Exa. havia me criticado, resolvi vir à tribuna para tecer alguns comentários, esse assunto do fechamento das Agências, falar e dar o aparte a V. Exa., se quiser tirar alguma dúvida estou na tribuna exatamente para responder-lhe e às galerias e aos Deputados, que talvez não saibam.

### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Deputado, V. Exa. deve entender uma coisa.

O que está acontecendo aqui na Casa, e que a Mesa está permitindo, Deputados de Oposição se inscrevem sequencialmente, Deputados da Base do Governo se inscrevem assim na mesma sequência, fica uma briga de que Deputados do Governo, Deputados de Oposição ficam inscritos várias vezes, até para ocupar o tempo e simplesmente não deixar que o outro Deputado fale.

O que me estranhou, Deputado Anibelli, é que esteja inscrito até 28 de novembro! Aí, data vênica, V. Exa. há de concordar que a Mesa permitiu que V. Exa. tenha feito isso. O senhor pode ter usado o Regimento, mas evidentemente, se V. Exa. contar 28 de novembro, nós teremos aí mais de 30 Sessões plenárias que V. Exa. tem meia hora do Grande Expediente, contra 53 Deputados que não têm nenhum!

Tenho certeza que V. Exa. vai abrir mão dessa inscrição e fazer com que a Presidência, a Mesa, faça as inscrições dentro de uma ordem lógica.

Acho que era essa a pergunta, e agradeço o aparte.

### **O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)**

Agradeço o seu aparte. Quero procurar esclarecer a sua dúvida e dizer que esse Regimento - que foi votado e hoje é o que nos guia - é um Regimento falho, pior que o Regimento anterior.

Então, nós temos argumentado algumas coisas, como a substituição de Deputados nas Comissões, as inscrições nos horários com preferência a quem chega e se inscreve. Eu, no início desse semestre, queria falar no dia 14 de agosto, no dia em que nós lembraríamos e lembramos, e eu quando apresentei um projeto, queria ler naquele dia, mas já haviam Deputados feito a inscrição anteriormente. Apresentaram um projeto, determinando que, naquele dia 14 de agosto, fosse marcado o dia da luta pela não venda da Copel!

Fiz um projeto. Alguns dias depois vim aqui e li o projeto; não teve repercussão nenhuma, mas perdi a oportunidade naquele dia. Eu fiquei, intimamente, um pouco chateado, porque via durante as semanas, com bastante antecedência, o mesmo Deputado se inscrever durante a semana inteira. Consultei o Presidente e perguntei se era válido. Ele me disse que era, de acordo com o Regimento.

Então, vou me inscrever até o final do ano.

Como nós representamos a Bancada do PMDB, temos tantos assuntos sérios. Hoje, por exemplo, o Deputado Dobrandino falou no Pequeno, no Horário da Liderança do PMDB e no Horário da Liderança do Governo, o assunto dos desmandos da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Um assunto que tivemos uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que manteve a diminuição dos Vereadores do Brasil, coisa que nós não concordamos, e mantiveram o percentual das Câmaras. Então, os Vereadores, não só de Foz do Iguaçu, mas todos os Vereadores do Brasil que tiveram suas Câmaras e no Paraná acho que mais de cem municípios, tiveram suas Câmaras diminuídas, os Vereadores eleitos serão os privilegiados.

Como se fala no Senado, que querem baixar de três Senadores para um, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas, coisa que a Revolução de 64 fez, mudando o índice de representação das Assembléias Legislativas e da Câmara Federal, transferindo o índice de representação das Assembléias Legislativas e da Câmara Federal, transferindo o número de eleitores, porque o Sul tinha muito eleitor e mandava uma representação muito maior para Brasília e o Paraná teve reduzido a sua Bancada de 34 para 30 representantes. Lembro-me, era Deputado Federal naquela época, e a representação do Nordeste - que tinha a população muito grande - com a mudança, apresentava um número de Deputados, maior. Era a maneira de lubrificar à opinião pública em que o Governo revolucionário de então, que se dizia o salvador

da pátria, ajudou a afundar o Brasil, mais um pouco, foi o responsável pelos bilhões de dólares do endividamento do País; quando construíram a Transamazônica queriam construir estradas, construíram a Ponte Rio Niterói, do famoso falecido Senador Mário Andreazza, candidato depois à Presidência da República.

Então, são coisas, Deputados, que eu, na minha modéstia, de ser um Deputado Líder da Bancada, oferecer aos meus pares os assuntos. Ficamos aí em virtude dos feriados do dia da Pátria, do dia de Nossa Senhoras da Luz, unindo a sexta-feira, com o sábado domingo. E tantos assuntos do interesse!

A chuva bendita que veio ao Paraná, que o nosso Norte do Paraná estava passando por uma seca, uma crise muito grande.

O problema da abertura dos pedágios nas Rodovias de Guarapuava, Cascavel e Foz do Iguaçu.

O assunto que me traz à tribuna é esse encontro que o PMDB Nacional está lançando hoje, às 19h, no auditório da FIEP, em que o PMDB Nacional, com os nossos sete Governadores, mais o Governador Requião, o Presidente Michel Temer, do nosso Partido, irá lançar o programa de Salvação Nacional. Um programa em que o PMDB, com o economista Carlos Lessa, traçaram junto com as lideranças, com os Governadores, com os diretórios e nós aqui do Paraná, através da Fundação Pedrosa Horta, estamos recepcionando as maiores lideranças do PMDB Nacional e estendo o convite aos Deputados, aos funcionários, às galerias, aos jornalistas, que nos dêem a presença para ouvirmos pessoas inteligentes, pessoas que darão uma aula de economia, de como se pode, de uma maneira alternativa, governar este País, que nós vemos, já falamos na maldita revolução de 64, que tantas cassações, batimentos levaram vítimas ao fundo dos porões com mortes. Agora, ainda, esses dias descobriram um cadáver de 20, 30 anos, àqueles desaparecidos da Revolução.

Tivemos a redemocratização, as eleições diretas, que foi um sucesso, tivemos os Presidentes eleitos pela vontade popular e desaguamos agora neste infeliz momento que passa a Nação brasileira, pelos mensalões da vida, pelos Deputados Federais comprados a peso de dinheiro para votar um Programa do PT, que nós ajudamos a levar o Presidente Lula à Presidência da República, mas vemos aí um programa antipático, que talvez precisasse comprar Deputados para que votasse um salário-mínimo vergonhoso, votasse algumas outras coisas que nós não concordamos, que o nosso Partido não concorda.

Vemos aí o Presidente Severino, que foi talvez a gota d'água, em que saiu das mãos do ex-Presidente João Paulo Cunha, da Câmara dos Deputados, que ganhou todo o Brasil, torceu pela vitória para que aquela panela que lá geria e estava em uma caixa preta escondida, com a eleição do Severino veio a surgir no Brasil as mudanças, surgir no Brasil as dúvidas, aparecer as falsificações, ou roubos, enfim, coisas que nós jamais imaginaríamos que num Governo democrata, num Governo que a esperança venceu o medo, que nós tivéssemos o que temos.

Então, Srs. Deputados, nós não gostaríamos de ver, como não gostamos de ver o Poder Legislativo aí em dúvida a respeito de mensalinho, a respeito de mensalão; nós queremos um Poder Legislativo sério, como o nosso aqui do Paraná, do Governo do Paraná, um Governo sério, um Governo respeitado no Brasil inteiro pela sua atuação, pela reforma tributária que fez o Governador Requião e o nosso Partido em isentando as micro e pequenas empresas, mais de 120 mil empresas deixando de recolher, de serem fiscalizadas, muitas vezes por fiscais corruptos, mordedores, que achacava, o dono da borcharia da esquina, o dono da bodeguinha que vende pinga, e ia lá o fiscal mordedor achacar o nosso comerciante. Mas os achaques não eram apenas nas pequenas empresas: nas grandes também!

E o Governador Requião tem se destacado pelo seu governo sério, ético, um Governo que representa a certeza de um trabalho sério, como faz o nosso, com o apoio da maioria dos Deputados, votando, às vezes, temos os nossos debates, respeitamos a Oposição, mas nas horas difíceis temos trabalhado, a Assembléia aprovando as matérias de interesse do Estado e do nosso Partido e do nosso Governo. O interesse dos paranaenses, recuperando estradas, valorizando a Sanepar, valorizando a Copel!

Então, é assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que nós queremos fazer este chamamento, para que hoje, ao lado do Governador Requião, do nosso Partido, o PMDB, ao lado dos Governadores que vêm ao Paraná, e aos poucos estarão aqui nesta Casa para valorizar o Poder Legislativo, trazer o seu abraço, dar uma entrevista coletiva, para que o Paraná e o Brasil saibam que aqui neste Estado se trabalha com seriedade, dinamismo, com vontade...

#### **O Sr. Elton Carlos Welter (PT)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Nós estamos praticamente a um ano e pouco das eleições, e é natural que os partidos políticos se mobilizem nacionalmente, que criem condições para possíveis alternativas de Poder.

Eu ouvia atentamente o seu pronunciamento, estava na Mesa agora pouco, V. Exa. fez críticas ao salário-mínimo.

Mas, hoje o salário-mínimo ainda é pequeno? É, mas o poder de compra do salário-mínimo melhorou nos últimos anos do Governo Lula; serão oito milhões de famílias no "Bolsa Família" que serão incluídos, casas populares, dinheiro na Caixa Econômica para ajudar a diminuir o déficit habitacional, também está batendo o recorde de investimentos.

Então, entendemos, as suas críticas são válidas, e V. Exa, coloca inclusive com sutileza, aí da tribuna, mas nós do PT, - um dado importantíssimo, a Controladoria Geral da União, ministrada pelo Valdir Pires, a Polícia Federal, prenderam mais de 1.300 pessoas, destes, são

mais de quinhentos e poucos servidores que estão na máquina administrativa, que infelizmente corroboram com o processo de corrupção.

Uma coisa é clara, que neste Governo os erros que foram cometidos, com certeza, está se aprofundando o processo de combate à corrupção neste País. Eu acredito que as instituições depois desse processo, espero que elas se fortaleçam, que de fato o País tenha Partidos fortes, Partidos que se unifiquem, que tenham a coragem de votar uma reforma política, que é tão essencial para este País, para que as eleições futuras tenham condições de igualdade entre os candidatos.

Vejo a sua crítica de maneira sutil, mas a economia do Brasil anda numa estabilidade. Existe uma linha que está sendo criticada, mas o País caminha no rumo certo.

Com toda essa crise política, não deu problema na economia.

Muito obrigado!

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Agradeço o seu aparte.

Falamos em Partidos fortes, quando vemos em Brasília que Deputados eram pagos para engrossar partidos para darem sustentação ao Governo Federal.

Agora V. Exa. falou em salário-mínimo. O Governador Roberto Requião quando assumiu determinou o salário-mínimo para os funcionários públicos de quatrocentos reais. Foi dado um abono aos funcionários que ganhavam menos de quatrocentos reais. E depois veio o Plano de Cargos e Salários dos nossos professores, tão esperançosos, nos últimos dez anos e o nosso Governo, a maioria dos Deputados votou aquela mensagem do Governo.

Bom, se a cada governo, fôssemos crescendo! Que as reeleições não ocorressem! Achávamos que um bom Prefeito, um bom governador deveria ser reeleito. E vemos depois governo municipal, estadual e federal querendo se perpetuar no governo usando recursos públicos para continuar mais quatro anos!

O tiro saiu pela culatra! Fomos todos, nós que pensamos no bem da Pátria, do Estado e do Município, enganados; vemos aí a Polícia Federal prendendo o ex-Governador Paulo Maluf, prendendo empresários no Paraná, naquela operação em que obras eram dirigidas.

O Paraná é composto de empresas maravilhosas. Temos um empresariado sério, digno. Assim como dizem que os políticos não prestam, alguns não prestam, mas nem todos são iguais aos que se venderam ou compram seus eleitores.

Em todas as camadas da sociedade brasileira, paranaense, existem os maus funcionários. Funcionários que venderam os correios. Um órgão tão sério, um dos órgãos mais respeitados e acreditados pela população brasileira! Vemos no que deu!

Não é o carteirinho simples que vai, com chuva, levar a nossa correspondência! São os chefes, os cargos

trocados, os apoios a partidos e isso no Paraná não ocorre.

Aqui no Paraná o Governador tem dito: "Creio nos Deputados." Podemos divergir, mas na hora que precisa votar para o interesse do Paraná, os Deputados concordam. Às vezes votando contra, mas permanecendo presentes, dando seu voto contrário, tentando emendar, melhorar, através da Comissão de Constituição e Justiça, muito bem dirigida pelo Deputado Durval Amaral, com representantes de todos os Partidos. É a Comissão mais importante desta Casa. Fizemos parte dela nos dois primeiros anos e hoje sou suplente ali. É a comissão que mais trabalha, semanalmente emite seus pareceres jurídicos a respeito das matérias, para que possamos votar neste plenário.

Deputado Neivo, acho que satisfiz sua curiosidade por ter me inscrito, e talvez amanhã, eu venha trazer o que achamos, o que aprendemos, o que vimos nessa reunião do nosso partido. Para aqueles que não derem o prazer do seu comparecimento, talvez possamos esclarecer a grandiosa causa por um Brasil livre, um Brasil inteligente, um Brasil que terá o PMDB como candidato. É um compromisso de convenção nacional estarmos disputando voto no Brasil inteiro, não sei com qual candidato, talvez até o Governador Requião.

Dêem a chance aos outros disputantes, porque vamos disputar os votos do Paraná, porque o Governador talvez seja obrigado, pelo exemplo do seu Governo, do nosso plano. Queremos apresentar, hoje, com a maneira com que o Governo do PMDB, o Governo Requião, participa com a opinião pública, visitando os municípios, fazendo este ser um Governo grande, sério e respeitado, não só no Paraná, mas respeitado no Brasil.

Temos um compromisso, homologado em convenção nacional, que o nosso PMDB terá candidato próprio à Presidência da República para que o nosso plano seja discutido, não tenhamos que dar o nosso voto, atrelarmos o nosso programa ou os nossos companheiros participarem de palanques que, amanhã, venham a fazer com que o nosso Partido sinta-se infeliz em ter apoiado Lula ou ter apoiado José Serra. É melhor andar sozinho que mal acompanhado.

Podem ter certeza, Srs. Deputados, que o PMDB terá candidato próprio, para dizermos ao Brasil o nosso programa de seriedade e trabalho em prol dos brasileiros, jamais enganando, mentindo ou levando a desesperança à nossa pátria brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa quer registrar, a pedido da Deputada Luciana Rafagnin, a presença do Sr. Valdecir Bolete, Vice-Presidente do Sindimoc, bem como seus vários Diretores.

A Casa quer dar as boas-vindas e registrar a presença de todos.



Respondendo a uma Questão de Ordem do Deputado Neivo Beraldin quanto ao seu requerimento para instalação da Comissão Especial de Investigação para investigar as questões relativas aos problemas dos caça-níqueis e jogos de azar: conforme informação da assessoria da Mesa, apenas o PPS indicou o seu Deputado Marcos Isfer.

Solicitamos, conforme o Regimento, artigo 34, que num prazo de 48 horas, os demais partidos - PMDB, PT, PSDB, PFL, PDT e PP - possam indicar os seus membros.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sr. Presidente, assim os Partidos não procedendo, V. Exa. vai designar os Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Em 24 horas a Presidência vai convocar os Líderes e, em caso contrário, indicar os membros.

### **Horário das Lideranças:**

Horário das Lideranças. Consulto à Liderança do PPS se fará uso do seu tempo. Com a palavra, o Sr. Deputado Neivo Beraldin.

### **Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin**

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há certos dias que ocupar uma cadeira nesta Casa é momento de aflição.

Nos preocupa alguns temas e um deles já foi abordado, há pouco pelo Deputado Tadeu Veneri, que é a questão da saúde, o repasse federal para estadual, mas também nos preocupa, porque o estadual também nós aprovamos aqui 12% incluindo o saneamento, e mesmo assim o governo não chegou lá!

É preciso também que ocupe esse tempo para agradecer ao Governador Requião, pelos recursos que passou para Curitiba, para a construção de postos de saúde e atendimento à nossa população. Já é velho dizer que a saúde tem que ser a suprema lei. Não é possível aceitar e admitir como representantes do povo, que os recursos orçamentários designados para a saúde sejam desviados para outra função. Só assim estaríamos passando um recibo, que não estamos representando na plenitude o voto dado pelo eleitor. Temos que fazer valer o nosso mandato popular, independente dos momentos de cordialidade e adversidade com o governo. Não! Aqui é uma Casa independente, que tem a obrigação de auditar todas as contas do Governo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho dito, quando indagado pela população do Paraná, que a CPMI de Brasília, do Banestado, tratou exclusivamente de remessas de dinheiro brasileiro para o exterior. A nossa aqui é dife-

rente: tratou da remessa de dinheiro brasileiro para o exterior e começou em 93, na agência XV, com o gerente Eraldo. Mostramos os *modus operandi* de todos os momentos da CC-5, remessa-cabo, "pink", enfim, o relatório tratou desse assunto. Tratamos da quebra do banco, por que o banco quebrou e por que quem pegou o dinheiro e não pagou - não foram os pobres. Tratamos da privatização do banco e lá identificamos, através de um perito judicial, que identificou todas as irregularidades na avaliação do Banco do Estado.

Tratamos também do saneamento. Por que o governo contraiu 5,6 bilhões de empréstimo do Governo Federal para jogar a sujeira para debaixo do tapete e não ver revelado o maior escândalo de banco público deste País, que já houve. Olhem o resultado! Vendemos o bando e demos por conta do prejuízo. Mil e quinhentos imóveis foram juntos: fazendas e prédios. Pagamos perto de cinco bilhões de reais, por conta do furo do Banco do Estado e devemos até março de 2029! Hoje, a prestação é de 52 milhões de reais por mês, que daria para comprar 3500 carros populares, para a saúde, educação e segurança pública!

Deputado Vanhoni, V. Exa. me permite e Srs. Deputados, empenho-me dia e noite, agora, com uma equipe de jornalistas, para escrever um livro da CPI do Banestado. Quero que os jornalistas possam entrevistar o Ministério Público Estadual, para saber o que fez com os nossos documentos, oriundos do Banco central e das auditorias do Banco do Estado, de 1990 a 2000 - queremos saber a opinião do que fez o Ministério Público Federal. Queremos saber da 2ª Vara Criminal Federal, quais foram as ações tomadas, quem é que está condenado, quem é que está preso. Queremos saber também por que é que ninguém contou no Estado do Paraná - o povo começa a perguntar: a CPI não deu em nada! Como não deu em nada? O ex-Governador Jaime Lerner teve decretado a indisponibilidade dos seus bens, pela Justiça do Estado do Paraná! Por incrível que pareça, o Ministério Público ingressou na Justiça do Estado do Paraná, quando ele tinha foro privilegiado, que era o Supremo tribunal Federal. Então, lá, tornou sem efeito aquela indisponibilidade dos bens.

Quantas pessoas foram condenadas e quantos estão com os bens indisponíveis e quantos estão prestando contas à Justiça e quantos estão depondo na Justiça? Precisamos, a sociedade brasileira, paranaense, precisam que a imprensa estadual escreva quando algum que tenha tido um cargo elevado, alguém que tenha representatividade econômica neste Estado, possa ser comunicado na imprensa que houve isso com ele, porque, do contrário, o povo pensa sempre que está acontecendo só com aqueles que ganham salário-mínimo!

Então, esse livro há de revelar os bastidores da CPI do Banestado. Há de revelar os grandes devedores. Esse livro vai revelar gente que pegou dinheiro do banco e não pagou. Esse livro não vai, evidentemente, esconder nem político, nem empresário, nem absolutamente ninguém.



Deputado Renato Gaúcho, V. Exa. que gosta de história, certamente vai ler esse livro que vai ficar na sua prateleira como história de um verdadeiro rombo de um banco público e que, aliás, um ex-Presidente já foi condenado em primeira instância, não por uma ação apenas; são muitas. Dois Diretores da área internacional, um preso e outro já condenado a onze anos e oito meses, porque meteram a mão no dinheiro sagrado do povo. Cinquenta e dois milhões de reais por mês, saindo dos cofres do Governo do Paraná, Deputado Scarpellini! V. Exa. há de imaginar quantos postos de saúde poderíamos construir, quantas escolas, quantas creches e quantas casas populares?

Agora, não essas casas populares que eu vi no interior do Paraná a dezessete mil e quinhentos reais, cada uma, porque não vale dezessete mil e quinhentos reais uma casa popular! E eu disse a um Prefeito do Norte nesta semana: V. Exa. vai construir quatrocentas casas e dezessete mil e quinhentos, e eu vou construir uma, ao seu lado, comprando a mercadoria e todo o produto necessário da obra - cimento, areia - cobertura - e vou lhe provar que vou construir essa casa por menos de dez mil reais!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PFL.

Com a palavra, o Deputado Elio Lino Rusch.

### ***Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois assuntos me trazem à tribuna no dia de hoje.

Primeiro, é a questão levantada pelo Deputado Ademar Traiano, que diz respeito ao fechamento das agências de renda no interior do Estado do Paraná. No Oeste do Estado temos, Deputado Scarpellini, a nossa regional em Cascavel, e o Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, fechou, através do seu decreto, a Agência de Marechal Cândido Rondon, de Medianeira, de Guaraniaçu e de Ubatuba. São quatro municípios que pertenciam a essa regional. Deputado Scarpellini, ficam agora, em todo o Oeste do Paraná, com cinquenta municípios, apenas três agências de renda: em Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo; as demais, fecham todas. Os comerciantes, os contadores que precisam de qualquer documento, embora a maioria das certidões, hoje, sejam emitidas eletronicamente, através da internet, você precisa das assinaturas e de outros documentos que são necessários que o contador ou mesmo o empresário vá até a Agência de Rendas.

Ao invés de o Governo do Estado facilitar a vida dos nossos contadores e das empresas no Estado do Paraná, ele dificulta! O Governador Roberto Requião tem feito uma campanha muito incisiva na questão da isenção do ICMS das pequenas e microempresas do Estado

do Paraná. Eu já disse, desta tribuna Deputado Durval Amaral, por que o Governo conseguiu isentar as pequenas empresas do ICMS - ele só conseguiu fazer isso porque houve o aumento na Receita do Estado, através da industrialização feita pelo Governo passado, senão, ele jamais conseguiria fazer!

Então, méritos têm que ser dados para quem conseguiu transformar o Paraná, de um fundo de quintal, para um Estado industrializado. E o Governo então fez uma propaganda, como disse, incisiva, na questão da isenção dessas pequenas empresas, mas por outro lado, agora, através de uma medida, ele fecha as agências de rendas no interior do Estado do Paraná!

Ora, nós como Parlamentares, nós como Deputados, não podemos aceitar isso de forma alguma! Fechar a Agência de Rendas no Município de Guaíra? Guaíra pertence à regional de Umuarama! Assis Chateaubriand pertence à regional também de Umuarama - são as duas cidades do Oeste do Paraná que também vão ter suas agências fechadas e as outras quatro que eu falei; embora Ubatuba não pertença ao Oeste do Paraná, pertence à de Cascavel, e eu, como Deputado do Oeste do Paraná e aqui diversos Deputados, temos Duílio Genari, Elton Welter, Ademir Bier, Reni Pereira, Dobrandino da Silva, que é o Líder do Governo, eu acho que deveríamos nos somar exatamente com o Oeste do nosso Estado, em favor dos nossos contadores, das nossas empresas, e nós não podemos aceitar que o governo venha a tomar essa medida, que seja prejudicial em favor dos nossos comerciantes...

O Sr. Durval Amaral (PFL)

V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Elio Rusch, quero cumprimentá-lo pela lucidez do seu pronunciamento e registrar que não há, em hipótese alguma, critérios pela coordenação da Receita do Estado no fechamento dessas agências. A não ser que seja critério político, aí até posso entender, mas critério técnico, não.

Por exemplo, estão fechando a Agência de Rendas da Cidade de Cambé, que é a minha cidade - Norte Pioneiro, passando pelo Norte, pelo Norte Novo, pelo Noroeste do Estado, a terceira cidade em arrecadação, perdendo apenas para Londrina, Maringá; a terceira é Cambé, em arrecadação; está sendo fechada a Agência de Rendas! Não há lógica, não há critério técnico que justifique o fechamento dessa agência, como Guaíra, como tantas outras. Só se o critério for realmente político por este Deputado ser da Oposição, que também é o seu caso, coincidentemente.

Então, ficamos esperando que a lucidez do Secretário de Estado da Fazenda enquadre efetivamente o Coordenador da Receita do Estado, porque ele não pode tomar uma decisão tão absurda como esta que está tomando.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Agradeço o aparte, Deputado Durval Amaral.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, eu lhe cumprimento, aliás, cumprimento vários deputados que estão preocupados com esta situação, porque nós estamos aqui representando o povo do Paraná e o Governo do Estado não pode esquecer de quem paga esta conta; esqueceram de consultar os contribuintes e a receita do Estado não existe somente para arrecadar, ela tem, que também oferecer um serviço à população e é inconcebível um taxista que tem que requerer a isenção do seu IPVA numa agência de rendas, ter que viajar cem, 150 quilômetros, para pedir o seu benefício, que tem que ser pedido anualmente, para pegar cem, 120 reais de benefício da isenção do IPVA!

Também é inconcebível um Governo que faz a opção pelos pobres que existe na lei de transmissão causa mortis, a isenção para aquelas famílias carentes que têm um único bem para transmitir por herança, que esta família tenha que requerer também na agência de rendas do seu domicílio esse benefício, e vá ter que viajar cem, 150 quilômetros.

Então, é uma incoerência do Governo do Estado que propagandeia que está aproximando o governo do povo, fechar essas agências, distanciando o Governo, e principalmente, a prestação de serviço que o povo paga a conta, a população, levando o mais longe possível daqueles que precisam do serviço.

Parabéns, e a sua preocupação não é de um Deputado de Oposição; é de um Deputado que sabe o seu papel nesta Casa e todos os Deputados de Oposição e Situação vão ter que dar esclarecimentos nas suas bases, porque quem paga a conta, os contribuintes, a população está querendo saber quais foram os critérios. Nem os Deputados da oposição, nem o Líder do Governo, nenhum Deputado da Casa sabe quais foram os critérios. Acredito que critério técnico, como bem falou o Deputado Durval Amaral, não foi, porque tem cidades que estão bem à frente em arrecadação do que outras que permaneceram com suas agências de renda, abertas.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Agradeço ao Deputado Durval ao Deputado Reni Pereira pelos apertes.

Esperamos que o Governador do Estado se sensibilize diante da gravidade absurda que se comete num momento tão importante que vivemos hoje.

Ora, o Deputado Durval é um profundo conhecedor da questão da Receita do Estado, como V. Exa. também. O Deputado Durval já trabalhou na Secretaria da Fazenda e V. Exa. também veio da Secretaria da Fazenda do nosso Estado. Nós conhecemos também um pouco da questão da Receita, da arrecadação do Estado do Paraná.

Então me parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados que o Governo do Estado olha, única e exclusivamente, o lado da sua receita e não consegue ver os benefícios de uma agência de rendas para os comerciantes estabelecidos nesta circunstância onde atuam exatamente essas agências.

Eu espero que o Governo do Estado reveja essa posição e deixe, no mínimo nos municípios de porte como Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Assis Chateaubriand, os comerciantes não podem ser sacrificados de tal forma como estão sendo atingidos, neste momento.

Outro assunto que eu queria falar. Eu disse que ia abordar dois assuntos, mas vou deixar para o dia de amanhã, que é exatamente a questão do pedágio no nosso Estado e principalmente em relação à atitude que o Governo do Estado tem tomado com relação à Rodovia das Cataratas no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. poderá usar o horário da Liderança da Oposição.

### *Passa a usar o horário da Liderança da Oposição*

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Muito obrigado, Deputado Rossoni.

Eu disse quealaria dois assuntos; o outro, vou abordar agora: a questão do pedágio no Estado do Paraná. Esta é, na verdade, uma novela, não digo antiga, mas é uma questão, um assunto que é semanalmente debatido em grupos políticos, no meio empresarial ou onde quer que estejamos.

O Governo do Estado assumiu um compromisso na campanha de 2002, e todos nós recordamos muito bem disso aí, quando ele disse naquele debate com o então candidato, Senador Álvaro Dias, que: "Eu, Governador, eu acabo com o pedágio no Estado do Paraná!" Muito bem, o pedágio não acabou e continua aumentando.

Agora, quando você é governo, seja Prefeito, Governador, Presidente da República, se você é administrador de uma empresa você tem que ter responsabilidade com o seu cargo! Acima de nós, como homem público, como administrador público, acima das nossas ações, existe uma lei, existe uma legislação e ninguém pode feri-la!

Nós vivemos num estado de direito e esse estado de direito não pode ser ferido em momento, em instante algum!

E o que é que o Governo do Estado tem feito nesses dois anos e meio, enquanto ele administra o Paraná? Atitudes que vêm em prejuízo à economia do nosso Estado, o rompimento unilateral de diversos contratos e a grande preocupação nossa, Deputado Durval é uma só.

Todos esses rompimentos de contrato demandam ações na justiça. E quem é que vai pagar essa conta? É o Governador do Estado, a pessoa física ou é o Governo do Paraná, o Paraná, os contribuintes, o Tesouro do Estado? Quem vai pagar a indenização da usina termoeletrica de Araucária? Quem vai pagar todas as ações que estão hoje na Justiça, que as empresas que se acham prejudicadas procuram seus direitos na Justiça?

E o que é que vai acontecer agora, quando o Governo do Estado, na semana passada, usa a Polícia Militar do Estado, abre as cancelas de cinco praças de pedágio da Rodovia das Cataratas e ninguém paga o pedágio de Guarapuava até Foz do Iguaçu? Quem é que vai pagar essa conta? Ou será que a empresa que ganhou uma concessão através de uma licitação feita internacionalmente, ganhou no Estado do Paraná? A legislação é régia no Brasil, e o Governo toma essas atitudes! O governo se baseia numa medida liminar!

Através da Liderança do Governo, gostaria que chegasse às minhas mãos uma dessas liminares na qual o Governo se baseia, que ele está abrindo exatamente essas cancelas e liberando o pedágio na 277.

Ora, a Rodovia das Cataratas explora o pedágio! E diz a imprensa, que a decisão foi tomada porque não tem caminhos alternativos! E eu pergunto: Quem vai daqui para Ponta Grossa tem caminhos alternativos a não ser a rodovia pedagiada? Quem vai daqui para Irati tem um caminho alternativo que não seja pedagiado? Quem vai daqui a Palmeiras ou tantos outros municípios mais, ou Guarapuava, existe um caminho alternativo? Por que em cima da rodovia das Cataratas? Essa resposta temos que obter, mas a grande preocupação nossa, mesmo, é com esse passivo que o atual Governo pode deixar para os futuros administradores.

#### **O Sr. Durval Amaral (PFL) (Aparte)**

Quero cumprimentá-lo pela lucidez, mais uma vez, em seu pronunciamento e dizer que a Rodovia das Cataratas juntamente com a Caminhos do Paraná, são as duas concessionárias que negociaram com o Governo do Estado do Paraná, que trataram com o Estado do Paraná.

Infelizmente, no Paraná, o que se escreve, não vale! Este Governo não respeita o que ele mesmo escreveu, o que ele mesmo assinou. Foram dois protocolos com o intuito de ludibriar a opinião pública; trouxemos, aqui, inclusive no primeiro ano de mandato desse Governador, um bolo comemorando a única obra desse Governo que era o bolo que comemorava a praça de pedágio do Município da Lapa.

Quem sabe o Governo não tentou encobrir os 42% de aumento concedido para a "Caminhos do Paraná"? E quando V. Exa. indaga quem vai pagar a conta, eu vejo que o Governo age com bastante antecedência para se medir essa responsabilidade.

Foi projeto de minha autoria, aquele que obrigava o Procurador Geral do Estado a entrar com ação regressiva contra todo ato doloso ou culposo praticado pelo

Governo do Estado do Paraná ou por seus agentes ou por seus prepostos. Foi aprovado por unanimidade aqui na Assembleia Legislativa. Foi vetado pelo Governador do Estado do Paraná, e agora o veto foi derrubado pela Assembleia Legislativa, dizendo que efetivamente essa lei complementar apenas regulamentava uma matéria de suma importância, porque o Estado não pode ser lesado pela irresponsabilidade administrativa e agora soube, ultimamente, que o Governo do Estado tratou de entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Não conseguiu a liminar; não vai conseguir porque se trata de uma lei complementar.

Então, o Governo sabe das suas irresponsabilidades e sabe que elas gerarão prejuízos enormes à sociedade paranaense, porque esses cem mil reais/dia ou sei lá quantos milhões que a concessionária deixará de arrecadar, o Estado do Paraná vai ter que pagar, mas enquanto a viúva estiver pagando, não há problema: o Governo continua fazendo a sua demagogia. Quando for do bolso do Governo, do Governador ou dos seus Secretários de Estado, aí, sem dúvida alguma, eles pensariam duas vezes antes de tomar medidas demagógicas.

Quero só cumprimentar e dizer mais uma vez, respondendo à sua indagação: infelizmente, quem vai pagar essa conta é novamente a viúva.

#### **O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

É por essa razão, Sr. Presidente, que muita gente usa a tribuna e fazemos algumas indagações. A quem interessa? Quem paga a conta? Será que não deveríamos estar preocupados, ao invés da próxima eleição, com a próxima geração? Esta é a visão que o homem público deve ter. Quando o Governador assinou uns aditivos com a "Caminhos do Paraná" e com a própria Rodovia das Cataratas, quando ele retirou todos os investimentos previstos, reduziu em 30% o pedágio, dizíamos naquela ocasião, que era um presente que estava se dando para essas empresas.

Concluindo, conceder 30% de desconto e não precisa fazer mais nenhum investimento e falávamos aqui desta tribuna, os investimentos que cortaram na Rodovia das Cataratas, que é a duplicação da BR-277, de Cascavel até Foz do Iguaçu, porque ela parou em Medianeira, ela não teve a sua continuidade; a concessionária estava desobrigada a fazer isso aqui, pelo aditivo que assinaram, e como é que vão ficar as outras questões? O que é que vai acontecer?

Oxalá que o Governo do Estado tenha a lucidez de se preocupar também com os futuros administradores, e não apenas no seu mandato!

Agradeço pelo tempo.

Obrigado.

#### **Ordem do Dia:**

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 49 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2635, de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa, para representar a Assembléia Legislativa, em uma audiência pública na Casa Civil, onde serão discutidos assuntos de interesse do Estado, no dia 13 do corrente mês, em Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2659, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o item 11 da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal**).

Vinte e oito Srs. Deputados responderam à chamada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Vinte e oito Srs. Deputados responderam à chamada.

Portanto, há quórum para votação.

Vamos fazer a verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

**Aprovado por unanimidade.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

## ***1ª Discussão (Preferência de Votação)***

### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a utilização de sistema de catracas e máquinas de emissão de bilhetes nos veículos de transporte coletivo de passageiros e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 21/02/2005).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 26/2005

#### P A R E C E R :

#### **Histórico**

O Projeto de Lei nº 26/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre a utilização de sistema de catracas e máquinas de emissão de bilhetes nos veículos de transporte coletivo de passageiros e dá outras providências.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 26/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre a utilização de sistema de catracas e máquinas de emissão de bilhetes nos veículos de transporte coletivo de passageiros e dá outras providências.

#### **Fundamentação**

O projeto não apresenta óbice de natureza constitucional e legal.

A proibição da utilização do sistema de catracas e máquinas de emissão de bilhetes visa preservar os empregos dos cobradores de emissores de bilhetes.

A proposição encontra amparo na Constituição Federal em seu artigo 170 da Constituição Federal, inciso VIII, que assim dispõe:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VIII - busca do pleno emprego;”

Com efeito, a iniciativa encontra amparo no texto constitucional, devendo seu mérito ser discutido pelo Plenário desta Casa de Leis.

O artigo 5º do presente projeto de lei deve sofrer emenda corretiva para adequar a redação, conforme exigido pelo artigo 9º da Lei Complementar nº 107/2001, que estabelece normas para a elaboração, redação e consolidação das leis.

“Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.”

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**EMENDA CORRETIVA AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 026/2005**

O artigo 5º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.”

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,**  
**TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**  
**PROJETO DE LEI Nº 26/2005**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 26/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre a utilização de sistema de catracas e máquinas de emissão de bilhetes nos veículos de transporte coletivo de passageiros e dá outras providências. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto de lei, justifica a autora, é forma de preservar vagas de trabalho, evitando que as máquinas eliminem os já poucos postos de trabalho existentes no mercado. Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 26/2005.

Sala das Comissões, em 17.04.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

**Discussão / Votação**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**Redação Final**

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 320/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança do consumo de energia elétrica na zona rural. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO**  
**PROJETO DE LEI Nº 320/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O consumo de energia elétrica na zona rural, cujos beneficiários não estejam inclusos em outros

programas de isenção, remissão ou gratuidade, poderá ser pago por ocasião da realização da safra ou a cada 04 (quatro) ou 06 (seis) meses nos termos de regulamentação própria a ser efetivada em até 60 (sessenta) dias da entrada em vigor desta lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado também a tomar todas as providências necessárias para implementação do referido *caput* do artigo 1º desta lei.

Art. 3º O benefício previsto no caput do artigo 1º será concedido somente aos usuários da zona rural cujo patrimônio declarado não seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Parágrafo Único. O valor previsto neste artigo será corrigido em 2 de janeiro de cada ano pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo ou outro que vier substituí-lo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.09.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 430/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui o Dia do Doutor Daisaku Ikeda, no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2005, de 01.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 23).**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 435/2005, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Salles, com sede em Moreira Salles e foro no Município de Goioerê. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2005, de 01.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 25).**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 436/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação Shekiná - Centro de Reabilitação do Deficiente Físico, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2005, de 01.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 26).**

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 480/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o Dia do Profissional de Educação Física no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia primeiro de setembro. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2005, de 15.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 15).**

#### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 482/2005, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Entidade Associação de Membros da Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede em Araruna e foro no Município de Peabiru. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/2005, de 16.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 04).**

#### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 490/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Porecatu - ACEP, com sede e foro no Município de Porecatu. **Aprovado. (Publ. no DA nº 083/2005, de 17.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 10).**

#### ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 014/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação do Regimento Interno da Escola do Legislativo aprovado através de Resolução nº 009/2003. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2005, de 15.08.2005, em Projetos de Resolução, pag. 08).**

### 3ª Discussão

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR Municipal de Fernandes Pinheiro, com sede e foro no Município de Fernandes Pinheiro. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Aprovado. Projeto. Aprovado.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 643/2003, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Carlos Hugo Wolff Von Graffen. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 087/2003, de 27.10.2003, em Projeto de Lei)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 643/2003

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Jocelito Canto, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Carlos Hugo Wolff Von Graffen.

##### Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de

acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná. O partido do autor, também, já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

#### Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 643/2003, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DR. LUCIANO DUCCI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2660, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do projeto de Lei nº 643/2003.

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 082/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que acrescenta parágrafo terceiro ao artigo 31 da Lei Complementar nº 76 de 21 de dezembro de 1995. (Concessão e Permissões de Serviços Públicos) **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2005, de 09.03.2005, em Projetos de Lei Complementar, pag. 23).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 082/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, acrescenta parágrafo terceiro ao artigo 31 da Lei Complementar nº 76 de 21 de dezembro de 1995.

A Lei Complementar nº 76 de 21.12.1995, dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos e adota outras providências. Em seu artigo 1º, parágrafo único, Inciso III, a presente lei trata das concessões e permissões de transporte rodoviário intermunicipal de passageiro. A adição do parágrafo 3º ao artigo 31, visa corrigir e beneficiar o Estado do Paraná e sua população, obrigando as empresas concessionárias a ter o veículo emplacado e registrado no Estado.

Em sua justificativa, o nobre Deputado alertou para esta distorção e embasou claramente a necessidade de se ter este registro, para fins de fiscalização e arrecadação dos tributos para nosso Estado.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbice de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, através de uma emenda corretiva do artigo 1º, a fim de corrigir uma falha de datilografia.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 082/2005

“Art. 1º Passa a vigorar o artigo 31 de Lei Complementar nº 76/1995 da seguinte forma:”

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 082/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Nereu Moura, dispõe sobre acrescentar parágrafo terceiro ao artigo 31 da Lei Complementar nº 76 de 21 de dezembro de 1995, e tem por objetivo obrigar o concessionário de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros exclusivamente no território do Estado do Paraná, a ter o veículo em questão emplacado e registrado neste Estado.

Esta Comissão chamada a se manifestar, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação, com ressalva através da Emenda Corretiva do artigo 1º apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que determina, no âmbito do Estado do Paraná, a rotulagem de produtos que contenham transgênicos cuja fabricação tenham sido utilizados organismos geneticamente modificados (OGMS) e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CAICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 028/2005, de 18.04.2005, em Projetos de Lei, pag. 17).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 194/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

Projeto de lei apresentado nesta Casa de Leis pela ilustre Deputada Luciana Rafagnin, o qual fixa normas, no âmbito do Estado do Paraná, de rotulagem de produtos que contenham matéria-prima transgênica.

E exemplo de normas internacionais, a proposta e sentido de normatizar, em âmbito do Estado do Paraná, que todos os produtos comercializados, tanto para fins de

consumo humano, como para animais, e que contenham mais de 1% (um por cento) de matéria prima transgênica, devem ser comercializados, embalados e vendidos com um rótulo específico e que contenham o símbolo transgênico em destaque.

**Voto e Fundamentação do Relator**

Embora o Governo Federal já tenha editado o Decreto nº 4.680, no qual regulamenta o direito à informação assegurado, pela Lei nº 8.078, e 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, não há norma legislativa sobre a matéria.

Certo é que se trata de matéria de competência concorrente entre os Estados federados e a União Federal. Logo, não vislumbramos qualquer óbice quanto a regular tramitação do presente projeto de lei, ora em exame.

Da mesma forma com o projeto de lei, rastreabilidade e certificação de produtos OGM's foram recebidos e está sendo processado por esta Assembléia Legislativa, assim que se aprovou a nível federal a nova lei de biossegurança, também a rotulagem deve ser encaminhada à Plenária, após ouvidas as Comissões de mérito, posto que presentes os requisitos de competência e iniciativa.

Uma única correção que se faz necessário, pois no artigo 3º, da proposição consta a revogação genética, quando a Lei Complementar 95 impõe, se houver revogação, que a mesma seja determinada. Mas a questão pode ser resolvida com uma simples emenda supressiva, para excluir do texto a parte final do artigo 3º, onde consta “...revogando as disposições em contrário.”

**Conclusão**

Desta forma, este Relator é de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 194/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, porém com a emenda supressiva acima mencionada.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 194/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

Projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, determina a rotulagem de produtos que contenham transgênicos cuja fabricação tenham sido utilizados organismos geneticamente modificados.

**Fundamentação**

A douta Comissão de Constituição e Justiça já apresentou parecer favorável ao projeto, quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo e a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, quanto ao mérito, opinou favoravelmente.



## Conclusão

Isto posto, ao ser chamada para opinar a Comissão de Ecologia e do Meio Ambiente, acompanha os pareceres da CCJ e da CAICTM, entendendo que a matéria tem méritos indiscutíveis e objetiva dar uma atuação coordenada na fiscalização das regras de rotulagem de alimentos transgênicos.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº 194/2005

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo determinar, no âmbito do Estado do Paraná, a rotulagem de produtos que contenham transgênicos cuja fabricação tenham sido utilizados organismos geneticamente modificados (OGMS).

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade e legalidade.

Chamada para opinar a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, ao receber sugestões da comunidade ligada à matéria, apresenta parecer favorável na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
SUBSTITUTIVO GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 194/2005

Art. 1º Esta lei regulamenta direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano e animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.

Art. 2º Na comercialização de alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, o consumidor deverá ser informado da natureza transgênica desses produtos.

§ 1º Tanto nos produtos embalados como nos vendidos a granel ou *in natura*, o rótulo da embalagem ou do recipiente em que estão contidos deverá constar, em destaque, no painel principal e em conjunto com o símbolo

definido mediante a **Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério de Estado da Justiça (T)**, uma das seguintes expressões, dependendo do caso: “(nome do produto) transgênico”, “contém (nome do ingrediente ou ingredientes) transgênico(s)” ou “produtos produzidos a partir de (nome do produto) transgênicos”.

§ 2º O consumidor deverá ser informado sobre a espécie doadora do gene no local reservado para a identificação dos ingredientes.

§ 3º A informação determinada no parágrafo deste artigo deverá constar do documento fiscal, de modo que essa informação acompanhe o produto ou ingrediente em todas as etapas da cadeia produtiva.

Art. 3º Os alimentos e ingredientes produzidos a partir de animais alimentados com ração contendo ingredientes transgênicos deverão trazer no painel principal, em tamanho e destaque previstos no artigo 2º, a seguinte expressão: “(nome do animal) alimentado com ração contendo ingrediente transgênico” ou “(nome do ingrediente) produzido a partir de animal alimentado com ração contendo ingrediente transgênico”.

Art. 4º Aos alimentos e ingredientes alimentares que comprovadamente não contenham nem sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados será facultada a rotulagem “(nome do produto ou ingrediente) livre de transgênico no mercado brasileiro.

Art. 5º A comprovação documental da presença ou ausência de OGM, mediante documentos fiscais que acompanham o alimento ou ingrediente alimentar em todas as etapas da cadeia produtiva, deverá atender a requisitos e procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Parágrafo Único. Para fins de fiscalização, a empresa produtora de alimentos ou ingredientes elaborados a partir de animais alimentados com ração contendo alimentos ou ingredientes transgênicos deverá manter as notas fiscais referentes à ração dos animais em seu poder.

Art. 5º Fica proibido a venda de produtos sobre o qual recaia denúncia fundamentada de que contém OGM e que não contenham no rótulo a devida designação.

§ 1º Neste caso, além da aplicação das penalidades previstas nesta lei, os produtos serão recolhidos, podendo ser disponibilizados novamente para comércio caso análise idônea demonstre que o produto não contém OGM.

§ 2º Se a referida análise comprovar a presença de OGM, os produtos deverão ser destruídos.

Art. 6º Em todas as disposições desta lei, inclusive na do artigo anterior, o ônus da prova recai sobre o fornecedor.

Art. 7º À infração ao disposto nesta lei aplicam-se as seguintes penalidades, sem prejuízo das penalidades



previstas no Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis.

Art. 8º Ante a caracterização de fraude, irregularidade ou qualquer outra infração a esta lei, caberá aos órgãos fiscalizações estaduais, conforme a gravidade da infração, adotar as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - multas diárias que variam de 100 (cem) a 2.000 (duas mil) UFIR's.
- III - apreensão do produto;
- IV - suspensão da atividade;
- V - cancelamento da autorização para funcionamento em âmbito estadual.

Art. 9º Esta lei deverá ser regulamentada por Decreto do Governador do Estado, até 90 dias após sua publicação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor após sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

CESAR SELEME - Relator

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a entrada e permanência de animais em recintos fechados e estabelece outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2005, de 27/04/2005, em Projeto de Lei, pág. 14).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VOTO EM SEPARADO AO  
PROJETO DE LEI Nº 230/2005

P A R E C E R :

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 230/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispõe sobre a entrada e permanência de animais em recintos fechados e estabelece outras providências.

#### Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

Segundo a Constituição Federal em seu artigo 24:

“Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrente sobre:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;”

Desta forma, pode o Estado legislar sobre a matéria, tendo em vista que visa aplicar política que permite a integração social dos portadores de deficiência.

Há que se destacar que lei semelhante já se encontra em vigor no Estado do Rio de Janeiro sob o nº 3295, de 16 de novembro de 1999.

Com relação às pessoas que não são portadoras de deficiência, mas que precisam do animal de companhia como parte do tratamento de saúde, também não encontramos qualquer óbice para a tramitação do projeto, tendo em vista o contido no artigo 196 da Constituição Federal, que assim dispõe:

“Art. 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e no acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

O artigo 8º do presente projeto de lei deve sofrer emenda corretiva para adequar a redação, conforme exigido pelo artigo 9º da Lei Complementar 107/2001, que estabelece normas para a elaboração, redação e consolidação das leis:

“Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.”

#### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 230/2005

P A R E C E R :

O artigo 8º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.”

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 230/2005

P A R E C E R :

O presente plano de lei é de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, que objetiva dispor sobre a entrada e permanência de animais em recintos fechados e estabelece outras providências.

Tal matéria já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Saúde Pública, chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 10, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão nos mostra a existência de pesquisas realizadas por psi-

quiatras, psicólogos e psicoterapeutas que demonstram que os pacientes que utilizam cães como parte do tratamento psicológico se reabilitam com maior eficácia. Muitos países da Europa já utilizam cães para auxiliar no tratamento psicológico. Desta forma estaremos oferecendo uma melhor qualidade de vida para os portadores de deficiência visual, sempre que necessitarem locomover-se.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2618, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2650, de autoria dos Srs. Deputados José Domingos Scarpellini, Barbosa Neto e Reni Pereira, com apoio dos Srs. Deputados Pastor Edson Praczyk, Ratinho Júnior e Antonio Anibelli, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2651, de autoria dos Srs. Deputados Reni Pereira, Elio Rusch, Durval Amaral, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados da bancada de Oposição, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2654, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)  
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2652, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2655, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2657, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2658, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB)  
(**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, nós precisamos encaminhar este requerimento porque a pressão dos nossos companheiros e do povo do Sudoeste do Paraná, nas agências que estão fechando, e, principalmente, de Dois Vizinhos, é muito grande. Precisamos que encaminhe o nosso Deputado Bradock.

Em Dois Vizinhos a população fechou a agência e acorrentou. Fica deselegante, um município-pólo como Dois Vizinhos, nos jornais, com as agências acorrentadas, para que não se tirem os móveis! Um pólo que tem onze municípios, que trabalham com os contadores e as pessoas mais carentes, que às vezes precisam tirar uma certidão ou atrasam o seu IPVA.

Por isso, precisamos que as agências permaneçam. Por isso, o Governador, Braddock, precisa receber esse requerimento.

Precisamos que o encaminhe, para que os Municípios não tenham prejuízo. Não se pode parar um requerimento dessa natureza, para um município-pólo!

O SR. DELEGADO BRADDOCK (PMDB)

Para não atravessar à petição do nobre Deputado Litro, eu pedi Para Discutir, e V. Exa. não deixou! V. Exa. deixou Para Encaminhar, primeiro!

Está errado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está em discussão.

O SR. DELEGADO BRADDOCK (PMDB)

Para Discutir.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Adia-se na forma regimental.

O SR. DELEGADO BRADDOCK (PMDB)

Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Requerimentos nºs 2586-A e 2587, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2588 a 2599, 2625 a 2631, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2600 e 2601, de autoria do Sr. Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2603, 2610 e 2641 a 2644, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2606 a 2608, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2609, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2611, 2661 e 2662, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2645 e 2646, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Retirados pelo Autor.**

Requerimento nº 2612, de autoria dos Srs. Deputados Tadeu Veneri e Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2613, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2614, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2620, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2621 a 2623, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2624, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2632 e 2633, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2636, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2639, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2640, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2647, de autoria dos Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, José Maria Ferreira e Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2649, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2653, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2663, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Para Encaminhar**)

Eu gostaria de encaminhar à família do jovem empresário Rubens Orlandini, de Maringá, que foi prematuramente assassinado na noite de sábado, na Av. Brasil. Um trabalhador, que foi militante do nosso Partido, candidato a vereador em 2000, do nosso Partido, quando naquele momento, Luiz Nishimori, nós buscávamos a oportunidade de servir à nossa cidade, quando disputamos a Prefeitura de Maringá.

Esse jovem trabalhador, empreendedor, de uma família pioneira da cidade de Maringá foi prematuramente assassinado por bandidos. Na noite de sábado, à hora em que saía do seu estabelecimento, - saiu da sua residência às sete horas da manhã de sábado e retornaria a sua residência à noite - não pôde mais chegar à sua casa, aos braços da sua esposa e seus filhos com vida.

Em nome da nossa cidade de Maringá e em nome dos colegas Luiz Nishimori e Scarpellini, que também conhecia e era colega do Luiz Orlandini, Governador do

Rotary de Maringá, da região, que Deus neste momento possa iluminar e dar força à sua família, à Rose, sua esposa e seus filhos e que a Justiça possa punir esses bandidos, essas pessoas que não vêm contribuindo com a sociedade paranaense e nem com a sociedade maringense.

Queremos, sim, justiça! A sua família clama por justiça e é o que queremos também! Que a polícia possa prender e punir essas pessoas que não querem contribuir com uma sociedade mais séria e mais justa.

Em nome da nossa cidade, que representamos aqui nesta Assembléia Legislativa, deixar o nosso sentimento e o nosso coração apertado. O Rubens era uma pessoa da nossa confiança, da nossa amizade, da nossa casa.

E deixo aqui o meu sentimento, da nossa família, da nossa cidade e deste Poder Legislativo também.

#### O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Pela Ordem)

Eu gostaria, em nome da Liderança do Governo, dizer que o nosso pedido para discutir os requerimentos dos nobres Deputados se deve ao fato de que o Secretário Heron Arzua comparecerá a esta Casa para explicar o fechamento das Agências de Renda, no qual também eu me solidarizo com os demais Deputados que querem explicações, mas, ele virá aqui e por certo dará as razões dele, mas será o momento oportuno para questioná-lo sobre o fechamento dessas Agências.

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu espero que essas colocações do Deputado Braddock se concretizem ainda esta semana, até quarta-feira, porque nós não podemos empurrar com a barriga. E espero que, da mesma maneira como que a decisão arbitrária foi fechar essas agências, não esteja agora predominando também na Bancada do Governo em que o discurso é um e a ação é outra, porque eu tenho certeza que o Governo precisa ser melhor esclarecido, como os Deputados, principalmente da Base do Governo, que vão ter que se justificar nas bases. Nós precisamos levar um esclarecimento.

Se até quarta-feira o Secretário não vir aqui esclarecer quais foram os critérios objetivos levados para termos o fechamento dessas agências, eu vou me pronunciar nesta Casa, juntamente com os demais Pares da Oposição e aqueles também do Governo que queiram o esclarecimento, acima de tudo, para que, através da imprensa, a sociedade do Paraná fique sabendo que não existem dois pesos e duas medidas. É uma medida só e qualquer outra medida protelatória é meramente demagógica.

#### O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu gostaria de me solidarizar com o Deputado Reni Pereira. Na mesma esteira que o Deputado Reni Pereira faz o discurso, também me ombreio a ele nessa questão.

Eu só pedi para discutir os requerimentos em virtude que o Secretário havia informado à nossa Base que viria e virá aqui na Assembléia explicar os motivos do fechamento dessas Agências.

Então, deixar bem claro que também não concordo com o fechamento das Agências em vários lugares onde temos base eleitoral e que deverá, sim, o Secretário comparecer aqui e explicar a nós, Deputados, os motivos pelos quais, se foram técnicos ou não, as agências foram fechadas.

#### O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está em votação o requerimento da Deputada Cida Borghetti.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

### *Encerramento da Sessão:*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 026/2005, 194 e 230//2005; e da Lei Complementar nº 082/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 005, 212, 532/2005; e do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2004.

Levanta-se a Sessão.

### *Publicações:*

#### *Atas de Comissões*

#### *Comissão de Redação*

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti relatou os seguintes Projetos de Lei de nºs 484/2004 e 446/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encer-

rou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que o Deputado Nelson Justus relatou os seguintes Projetos de Lei de nºs 250/2004, 349/2004 e 351/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assi-

nada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que o Deputado Nelson Justus relatou os seguintes Projetos de Lei de nºs 221/2003 e 118/2005 (Lei Complementar), que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

\*\*\*\*\*